



NEGÓCIOS DESTRONADOS

55% dos turistas entraram para serviços

Pág. 8

ALBANO LUSSATY, PRESIDENTE DA UNACA

"A lei da terra deve ser revista o mais rapidamente possível"



Págs. 12 a 14

A 'MISSÃO IMPOSSÍVEL' DE REDUÇÃO DOS PREÇOS

O quebra-cabeças da cesta básica

- Cartéis na importação
- Apoios insuficientes à produção
- Protecção do Governo
- Alterações na oferta mundial

Págs. 4 a 7



PETRÓLEO EM JULHO

Exportações do Bloco 17 recuam 24 %

Pág. 9

APENAS A GESTÃO SERÁ CONCESSIONADA

Sonangol recua na privatização do HCTA e de mais três hotéis

PRIVATIZAÇÃO. Ao contrário do anúncio de Agosto de 2020, a Sonangol já não vai vender o HCTA e mais três outros hotéis em Luanda e Benguela. A petrolífera decidiu concessionar a gestão e exploração das unidades por um período de 12 anos e o concurso público vai ser por convite. Pág. 10



Editorial

QUATRO ANOS APÓS...

No rescaldo dos quatro anos sobre a realização das eleições de 2017, há factos que têm de ser necessariamente escritos e reescritos. Para que se eternizem na nossa memória colectiva.

Para que, como ensinam os propósitos da História, ajudem as gerações futuras a superarem-se, compreendendo as raízes do nosso prolongado fracasso. Mas também para que sirvam de ajuizamento às gerações actuais sobre as mudanças incontornáveis que se impõem hoje. As tais que deverão colocar o país no curso do tão sonhado progresso.

Quatro anos após a promessa do início de uma nova Angola, tem de ser reescrito e lembrado, por exemplo, que o MPLA decidiu levar 'pastores' a comícios para rezarem pela baixa dos preços da cesta básica. E que se desengane quem tenha visto nas preces do MPLA um mero reconhecimento tácito do falhanço das tentativas do BNA de controlar os preços. Foi mais do que isso. Foi a assumpção da incompetência acumulada dos longos e cansativos 46 anos de poder, 19 dos quais com o calar das armas.

Quatro anos após a troca de cabeças no comando do país, tem de se reescrever que o compromisso com a aceleração da liberdade de imprensa foi deixado para as calendas gregas. Implantando, em sua substituição, uma perseguição desavergonhada à imprensa privada

e um controlo criminoso da imprensa pública.

Quatro anos sobre a promessa do aprofundamento dos processos democráticos, tem de se recordar que o que se vê hoje é um regime mais empenhado do que nunca em livrar-se de todas as ameaças ao seu poder. Usando instituições soberanas para combater e inviabilizar projectos alternativos credíveis.

Depois de quatro anos sobre o lançamento da esperança num Estado menos partidarizado, tem de ficar registado que o que vemos hoje é um Presidente que transforma uma das principais dirigentes do seu partido em responsável máxima do Tribunal que tem, como primeiro e último fundamentos, a salvaguarda da Constituição.

A um ano do fim do mandato oferecido a João Lourenço em 2017, tem de ser escrito que sobra um Governo que, visivelmente desorientado, vai sacando da cartola projectos cuja complexidade exigem debates demorados e reflectidos. Como o que

ficou designado por 'revisão pontual da Constituição' ou a mais recente proposta de uma nova divisão administrativa do país.

Quatro anos sobre as últimas eleições, tem de ficar grafado que o que resta é um Governo que fundamenta o inoportuno retalhamento de províncias com a promoção de equilíbrios económicos. Como se as províncias mais pequenas do país estivessem diferenciadamente mais avançadas que as mais esticadas.

Depois de quatro anos, é preciso reescrever que temos um Governo que fez do combate à corrupção o seu principal projecto. Apesar de não apresentar qualquer estratégia neste sentido a um ano do fim do seu mandato, apesar de resistir em alterar o regimento de declaração de bens dos governantes e apesar de consolidar as adjudicações directas como a principal modalidade de alocação de projectos públicos.

Quatro anos após as eleições de 2017, tem de se escrever que o país ficou mais pobre, mais miserável e menos democrático.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



PEDRO DALA,
novo presidente da FNLA

O que vos divide a FNLA?

A perspectiva da liderança de Lucas Ngonda é dividir para reinar. Sempre dividiu as pessoas a partir do velho Holden Roberto, Ngola Kabango e muitos outros foram postos na rua, e, em cada acontecimento desta natureza, o partido sempre parou.

Não teme uma impugnação que anule a sua eleição?

Não, isto até me anima, porque tínhamos um líder que, talvez, não lia bem os estatutos. O padrão estatutário diz que o congresso ordinário é convocado 12 meses antes. Estamos em Agosto e, no dia 16 de Agosto, teria de acontecer o congresso. No meio de toda esta turbulência, forja um bureau político, em Setembro, e um comité central em Outubro e convoca um congresso extraordinário, por isso, imediatamente anulou aquele congresso.

Quais são as suas expectativas para 2022?

Primeiro, temos de arrumar a casa. Não podemos 'tapar o sol com a peneira', a casa está totalmente desarrumada, as pessoas estão espalhadas sem nenhuma esperança. Esta é a batalha que temos de travar e mostrar que não é impossível reerguer a FNLA até 2022 para termos uma bancada parlamentar plena com, pelo menos, 12 deputados.

17

TERÇA - FEIRA

A ministra das Finanças admite que o Governo já está a registar situações de incumprimento do cronograma de pagamento de activos alienados pelo Estado, admitindo o recurso à justiça para a resolução desses casos.

18

QUARTA - FEIRA

A Unita acusa o MPLA de "subverter a lei visando perpetuar-se no poder", reiterando a legalidade da eleição do seu líder, Adalberto Costa Júnior.

19

QUINTA - FEIRA

A comissão de avaliação do concurso público internacional para a gestão do Porto do Lobito, em Benguela, decide prorrogar, para até 30 de Setembro, a entrega das propostas de candidaturas, a pedido dos concorrentes.



20

SEXTA - FEIRA

A nova presidente do Tribunal Constitucional, Laurinda Cardoso, garante que já suspendeu a sua militância partidária e inscrição nas estruturas do MPLA, partido de cujo Bureau Político fazia parte.



14

SÁBADO

Os trabalhadores da Ende suspendem a greve iniciada segunda-feira (9), justificada com os alegados baixos salários que auferem actualmente.



15

DOMINGO

O director executivo do Banco Mundial para Angola, Nigéria e África do Sul, Armando Manuel, anuncia que o Governo e o BM vão alargar o projecto (MOSAP II) para 15 províncias do país, visando reduzir a pobreza no meio rural.



16

SEGUNDA-FEIRA

Luanda beneficia de 71 novos autocarros, adquiridos no Brasil, para serem distribuídos pelas cinco operadoras do mercado, devendo a frota chegar aos 900 veículos até 2022, segundo o ministro dos Transportes, Ricardo d' Abreu.

COTAÇÃO



PETRÓLEO EM RECUPERAÇÃO...

O petróleo abriu o dia animado, após fechar a sessão anterior com ganhos de 5%, o mais alto desde a última semana. O Brent, referência às exportações angolanas, abriu a negociar 68,25 dólares, ao passo que o WTI iniciou a negociar a 65,48.



ACÇÕES ASIÁTICAS SOBEM...

As acções asiáticas começaram a terça-feira a ganhar. Na China, o CSI300, que reúne as maiores companhias em Xangai e Shenzhen, subiu 1,09%, já o índice de Xangai teve alta de 1,07%. Em Tóquio, o índice Nikkei avançou 0,87%, a 27.732 pontos. No mesmo sentido em Sydney o índice S&P/ASX 200 avançou 0,17%, a 7.503 pontos.

Observatório



ANALISTAS EXPLICAM 'MISSÃO IMPOSSÍVEL'

Redução dos preços da cesta básica bloqueada por 'n' obstáculos

PRODUÇÃO E COMÉRCIO. Apoios insuficientes à produção nacional, cartéis instalados na importação de produtos alimentares, política protecionista do Governo, alterações na oferta mundial, face às alterações climáticas e à pandemia... Eis o conjunto de constrangimentos que impedem a redução dos preços da cesta básica no curto prazo, segundo vários operadores económicos.

Por Júlio Gomes

De pois de recentemente o secretário provincial do MPLA, Bento Bento, garantir que o presidente do MPLA e da República está a trabalhar para baixar os preços da cesta básica, esta segunda-feira

foi a vez do ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, estimar que, a partir de Outubro, os preços vão começar a baixar, com a implementação da Reserva Estratégica Alimentar.

Economistas, empresários e outros operadores económicos, consultados pelo Valor Económico, não vêem, entretanto, qualquer possibilidade de intervenção do Governo, nos próximos meses, no sentido de forçar a baixa dos

preços, através de “mecanismos sustentáveis”.

Pelo supermercado Candando, um dos seus responsáveis para a área de importação entende que “travar a subida dos preços é uma tarefa impossível”, tendo em conta a evolução dos preços, nos últimos cinco anos, de algumas das matérias-primas da indústria alimentar. “Milho, trigo, soja e açúcar estão em máximos históricos e, se estas matérias-pri-

“O que vemos é uma enorme pressão sobre o preço dos produtos na venda a retalho e não um controlo efectivo e uma supervisão activa dos preços de custo na venda da produção a retalho.”

Cesta básica acima do salário

Dados do Banco Nacional de Angola (BNA) apontam que o custo médio da cesta básica por unidade, em Junho, estava avaliado em cerca de 28,5 mil kwanzas, ou seja, 33% acima do salário mínimo nacional fixado em 21.454,10. Por outras palavras, o salário mínimo nacional é insuficiente para a compra de uma unidade da cesta básica. Se comparada ao preço médio de 2017 (15 mil kwanzas), a unidade de cesta básica sofre um agravamento ainda maior, atingindo os 90%, razão por que vários analistas questionam as ambições governamentais.



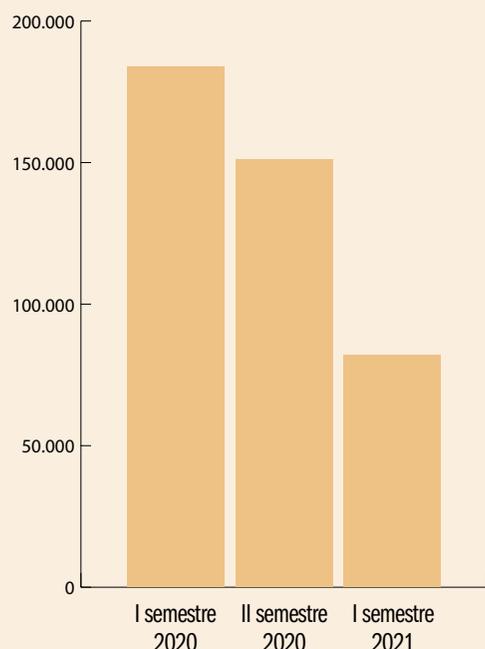
mas sobem de custo, mais tarde ou mais cedo, todos os produtos alimentares e pecuários subirão também. Esta primeira abordagem é global e afecta o mundo como um todo e, como tal, está fora do controlo do Estado”, explica o gestor, ao mesmo tempo que sinaliza outros constrangimentos. “A política proteccionista assumida pelo Estado angolano potencia, neste momento, a subida de preços. Ora, se faz sentido fomentar

a produção nacional, não se deve fazê-lo aceitando que se incorporem ineficiências ou oportunismos. O que vemos é uma enorme pressão sobre o preço dos produtos na venda a retalho e não um controlo efectivo e uma supervisão activa dos preços de custo na venda da produção a retalho”, detalha, insistindo que “o Governo deveria actuar, em primeira mão, no preço de custo a que os artigos são disponibilizados ao mer-

IMPORTAÇÃO DA CESTA BÁSICA EM NÚMEROS

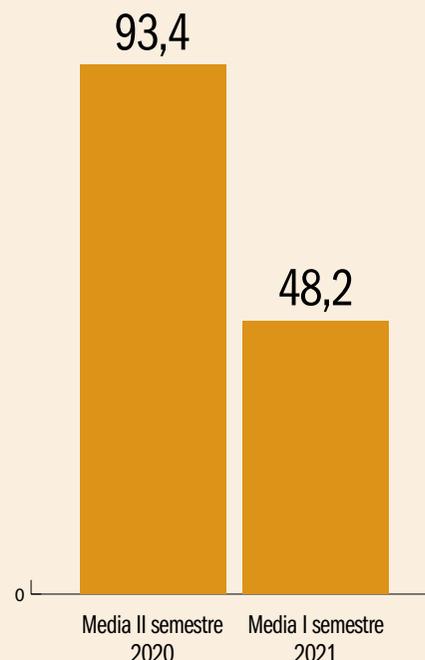
Volume Médio de Importação de Produtos da Cesta Básica

● Unidade: Toneladas



Evolução da Importação de Produtos da Cesta Básica

● Unidade: Milhões USD



Evolução da cesta básica por produto

● Variação mensal dos produtos da cesta básica

| | dez-20 | jan-21 | fev-21 | mar-21 | abr-21 | mai-21 | jun-21 |
|----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Fuba de Bombo ou de Mandioca | 1,41% | 2,14% | 3,59% | 2,26% | 2,81% | 1,06% | 3,94% |
| Arroz corrente | 2,73% | 0,91% | 2,58% | 2,18% | 2,31% | 2,82% | 3,60% |
| Açúcar branco | 1,98% | 2,15% | 2,00% | 3,91% | 3,07% | 2,33% | 3,35% |
| Oleo de soja | 3,18% | 3,43% | 3,28% | 3,15% | 3,48% | 2,87% | 3,22% |
| Feijão castanho (Espera cunhado) | 2,34% | 2,75% | 3,24% | 1,99% | 2,90% | 2,56% | 2,70% |
| Oleo de palma | 1,87% | 1,72% | 2,22% | 2,41% | 3,25% | 2,39% | 2,56% |
| Fuba de milho | 2,24% | 3,49% | 1,95% | 2,58% | 3,72% | 5,22% | 2,55% |
| Carne seca de vaca | 1,84% | 0,74% | 4,22% | 1,92% | 2,47% | 2,11% | 2,31% |
| Sabão | 2,43% | 2,53% | 2,09% | 1,32% | 1,89% | 2,09% | 2,07% |
| Esparguete | 1,52% | 1,35% | 2,66% | 1,66% | 2,19% | 2,89% | 1,78% |
| Sal | 1,87% | 1,30% | 3,50% | 2,11% | 1,53% | 1,95% | 1,75% |
| Leite em pó | 3,03% | 1,79% | 1,66% | 3,65% | 2,38% | 2,67% | 1,74% |
| Farinha de trigo | 1,63% | 1,67% | 1,29% | 1,90% | 3,97% | 2,75% | 1,69% |

28,5

Mil kwanzas, custo médio da cesta básica em Junho

cado e só depois actuar no preço de venda ao público”. Alertando para a pressão “demasiado alta” sobre o retalho, o operador nota que o Governo deve entender “que a pressão para baixar preços de venda e ter preços mais competitivos é, em primeiro lugar, auto-imposta a cada retalhista de forma a não perder vendas pelas dificuldades económicas que se sentem na população e, consequentemente, pela perda de ven-

das globais que isso acarreta aos retalhistas”. No entanto, acautela o gestor, “o retalho não faz milagres e, se o preço de custo dos produtos sobe na origem, se os custos de exploração não baixam, bem pelo contrário, se as vendas baixam por dificuldades económicas da população ou por efeito de uma maior concorrência, as margens praticadas não podem continuar a baixar ‘ad eternum’”. Em resumo, aconselha, “o Governo deve adicionar à sua estratégia de fomento da produção nacional e limitação das importações um maior controlo dos preços de custo dos produtos à saída para o mercado e não apenas impor controlo no preço de venda praticado pelos retalhistas. No entanto, face à conjuntura actual, não será possível garantir que os preços de venda ao público não subam”.

Mais categórica é a empresária Filomena Oliveira, para quem não é possível baixar os custos dos preços da cesta básica no médio e longo prazos, face aos constrangimentos do mercado internacional, afectado pelas alterações climáticas que têm derrubado safras, como no Brasil, além da covid-19, fenómenos que tornaram as importações mais caras.

Filomena Oliveira reprova o “constante recurso” à importação de “uma cesta básica com 90% de carboidratos”, quando se devia olhar para formação e produção interna. Para a empresária, a importação de produtos “só potencia os cartéis que controlam essas importações”, já que, para a definição dos produtos, não houve consulta pública. “A cesta básica não foi validada pelos angolanos”, afirma a empresária, reforçando que “os dez maiores importadores não figuram na lista dos 100 maiores contribuintes do país”. Logo, diz ainda, “o que esse cartel quer é continuar com a máfia da importação, porque 30% do valor dessa importação fica lá fora, sendo mais grave o facto de serem importadores e, ao mesmo tempo, retalhistas”.

Manifestando-se inconformada com as políticas, Oliveira alerta que “a drenagem de divisas para a importação vai alimentar famílias lá fora”, em prejuízo do impulso à formação técnico-profissional e da transformação local de produtos para a sua integra-

Continuação na página 6

Observatório

Continuação da página 5



ção na cesta básica. “Os importadores têm um grande lobby. Mas nós temos de redireccionar os nossos hábitos porque o planeta todo está em crise. Temos hábitos adquiridos que nos tornam dependentes do estrangeiro. Temos terra, água e milhões de jovens desempregados, falta-nos conhecimento e tecnologia e não importar comida”, insiste.

SUBVENÇÃO “CARA”

“De onde virá a oferta? Esta é a grande questão.” A interrogação do economista Leão Peres, antigo administrador do BNA, lança dúvidas quanto à possibilidade de efectivação da ambição do Governo, lembrando que grande parte dos produtos são

importados e, por isso, os custos estão muito dependentes da taxa de câmbio. Sobre a hipótese de subvenção dos preços, Peres considera que não seria “a via mais sustentável”, já que “a alteração depende dos níveis das reservas internacionais líquidas que andam muito em baixo”. Mas não é apenas isso. Além de representar uma “carga financeira para o Governo”, a subvenção à importação teria eventuais “efeitos reduzidos e de curto prazo”.

Leão Peres aponta, por isso, a alternativa da isenção da importação, mas deixando claro que a “via sustentável” seria a da produção interna através de subsídios à produção, apesar de levar tempo. Outra possibilidade seria

a aposta em medidas de inspecção e rigor, uma vez que “há uma grande dose de especulação”.

Considerando-o “pouco sustentável”, o caminho das subvenções para a redução dos preços é desaconselhado também pelos economistas Arlindo Sicato e Sapalo António, com este último a rotulá-lo como uma opção “eleitoralista”. “Porque, quando passar essa euforia, mesmo com a aplicação de medidas administrativas, com recurso ao dinheiro do petróleo, no fim tudo, voltará ao mesmo ou ainda pior”, precisa Sapalo António, insistindo que, com a política cambial a ditar as regras perante uma moeda fraca, “Angola acaba por não ter hipóteses”.

90

Porcentagem de agravamento do custo médio da cesta básica face a média de 2017

15

Mil kwanzas, custo médio da cesta básica em 2017

48,2

Milhões de dólares, valor médio gasto com a importação da cesta básica no 1º semestre de 2021

MEMORIZE

● **Em Abril**, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou um documento, visando a ‘estabilização dos preços dos bens alimentares’, quatro meses, mas, quatro meses depois, nada avançou.

Para um gestor de uma das maiores redes de distribuição do país, que não quis ser identificado, o Governo deveria preparar um conjunto de instrumentos de redução das taxas de importação dos produtos “em permanente concertação com os privados”. O empresário, concorda com a subvenção não só das taxas de importação, mas sobretudo do combustível para a agricultura empresarial e familiar. “É preciso garantir, por exemplo, a subvenção dos combustíveis aos produtores formais, beneficiando também o produtor informal, ou seja, a agricultura familiar. É preciso estimular o produtor interno, olhando, ao mesmo tempo, para um quadro de importação por quotas, ou seja, gastar divisas apenas para suprir a insuficiência de determinado produto”, propõe o gestor, lembrando que “a produção interna não é competitiva nem não cobre a demanda”.

O CAMINHO PARA A REDUÇÃO...

Em Abril, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou um documento, visando a ‘estabilização dos preços dos bens alimentares’, com ‘propostas de medidas pontuais, temporárias e urgentes’, para a redução dos preços num horizonte de quatro meses.

O instrutivo previa, nomeadamente, uma maior flexibilidade no processo de importação dos produtos da cesta básica, a realização de encontros de concertação com os principais produtores e importadores de produtos alimentares e a criação de condições efectivas para a implementação da Reserva Estratégica Alimentar. Quatro meses depois, nada avançou, registando-se um aumento dos preços de forma descontrolada.

A 6 de Agosto, o BNA reuniu-se com os agentes económicos no sentido de obter subsídios que contribuam para o alcance da estabilidade de preços. Na ocasião, os operadores do sector alimentar apontaram os efeitos da pandemia sobre o aumento dos custos dos bens importados, bem como a insuficiente oferta de bens alimentares produzidos no país e o efeito deferido de parte dos ajustamentos macroeconómicos, como principais factores de influência sobre o comportamento dos preços dos alimentos.

“O problema está na fiscalização débil e no fraco apoio que o Governo presta às associações e cooperativas de produtores.”

GILBERTO SIMÃO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO KWANZA-NORTE

“Redução dos preços dos alimentos passa pelo combate aos cartéis”

ENTREVISTA. Líder associativo encontra solução para a redução dos preços dos produtos essenciais no combate aos monopólios “que não agregam nenhum valor”, em prejuízo da utilização das divisas na dinamização da produção interna.



Por Júlio Gomes

A

intenção manifestada pelo Governo de reduzir o preço da cesta básica é exequível?

É possível, desde que o Governo emita leis que combatam as causas, porque as importações de alimentos, como têm sido feitas, não agregam nenhum valor à economia.

Onde estão essas causas?

A especulação é comandada por um punhado de ‘chicos espertos’ que têm o monopólio da importação, distribuição e comercialização dos produtos. Portanto, a nossa economia está entregue a esse cartel que dita as leis do mercado.

E qual é a sua sugestão para a inversão desse quadro?

O problema está na fiscalização débil e no fraco apoio que o Governo presta às associações e cooperativas de produtores. Para a operacionalização das medidas que, por vezes, são bem tomadas, não somos chamados. Portanto, não somos tidos pelo Governo. Hoje, por exemplo, é triste constatar que os produtos da cesta básica estejam a ser comercializados por estrangeiros. Os angolanos não são chamados até mesmo para vender óleo de palma que eles próprios produzem.

Então o apoio ao produtor nacional reduziria os preços, é isso?

Se o Governo pretende baixar os preços, aqueles que produzem têm

A especulação é comandada por um punhado de ‘chicos espertos’ que têm o monopólio da importação

de ser apoiados. Se eu tiver 500 hectares de milho, é preciso que o Governo venha ao meu encontro. Não há nenhum apoio ao produtor. Nenhum apoio!

Que apoio sugere?

Se precisarmos, por exemplo, de 500 toneladas de milho, e temos

apenas 300 disponíveis, o remanescente devia ser encontrado no mercado nacional, saber onde está o produtor para a aquisição da sua colheita e, por esta via, incentivá-lo a produzir mais e melhor. Isso não acontece, porque as importações acabam por ser mais fáceis e mais rentáveis para o cartel que domina o mercado.

É um círculo vicioso instalado?

Hoje qualquer empresário quer importar. Todos querem ir para o caminho mais barato das importações. Tivemos, em tempos, uma boa safra de trigo, mas ninguém foi lá ter connosco para absorver essa colheita para incorporar no fabrico do pão

farinha de trigo de produção nacional.

Manifestaram-se nesse sentido?

Os importadores devem ter uma quota de produção nacional.

Como?

Os grandes importadores, antes de pensar na aquisição de produtos, devem pesquisar o mercado interno. Saber o que existe ou se pode produzir localmente. Depois, é preciso evitar a saída de produtos da cesta básica das nossas fronteiras, sob pretexto de que trazem divisas para o país. Esse dinheiro usado para importar, ou ainda, para exportar os mesmos produtos para outros países vizinhos, faz falta para alavancar a produção interna.

Portanto, não vê no horizonte a hipótese que leve a tornar os preços dos alimentos essenciais mais baratos?

Reitero que é preciso disciplinar a especulação dos preços que tomou conta do mercado. O pouco bem gerido pode transformar-se em muito.

Por causa da covid-19, há importadores que estão tendo problemas na aquisição de produtos lá fora. Os produtos encareceram. Assim, o preço de um contentor que custava, por exemplo, 8 mil dólares subiu para 10 mil dólares. Este é o momento de aproveitarmos para alavancar a nossa produção interna a todos os níveis, usando os poucos recursos disponíveis, ao invés de esbanjar divisas com as importações. Obviamente, podemos sofrer um ano para acertar o passo, mas temos de começar por aí.

Economia/Política

ESPECIALISTA ALERTA

Segurança alimentar comprometida

ALIMENTAÇÃO. Mais do que a segurança alimentar, especialista avisa que pode estar em causa a segurança nacional. Receios são explicados com a falta de controlo dos produtos consumidos.

Por Mateus Mateus

A falta de um laboratório de toxicologia no país “compromete a segurança alimentar e a saúde da população” pelo “elevado nível” de substâncias tóxicas e químicas existentes nestes produtos.

Quem o diz é o director do Centro de Atendimento Toxicológico (Ceatox), André Pedro Neto, que aponta o dedo a muitos operadores comerciais “prevaricadores”.

Alertando que “muitos produtos que circulam pelo país podem estar a criar um quadro epidemiológico difícil”, o especialista nota

que, em última instância, a falta de controlo pode colocar em causa a segurança nacional.

Durante um seminário que abordou temas relacionados com a segurança alimentar, na última semana, em Luanda, por iniciativa da Aniesa, Pedro Neto recordou que as substâncias químicas e tóxicas não são apenas verificadas em produtos alimentares, mas em todos os outros produtos. É neste sentido, acrescentou, que a ONU considera que 50% dos medicamentos que circulam em África são irregulares.

Pedro Neto, que é também consultor da OMS para a toxicologia, aconselha, por isso, os operadores económicos a terem sempre em atenção a observância das boas práticas e o uso correcto dos rótulos,

destacando ainda a formação para maior conhecimento dos produtos químicos no sentido de prevenir a saúde dos consumidores.

“Os agentes tóxicos e químicos estão presentes em produtos alimentares, medicamentos, cosméticos, brinquedos, higiene e limpeza e podem causar doenças como neuro toxicidade, diabetes, infertilidade, impotência sexual e muito mais”, alerta.

Por seu turno, Ibrain Bagathuriya, administrador da Angomart, destacou a “iniciativa pedagógica” da Aniesa e considerou que o seminário deu uma oportunidade de os operadores comerciais agregarem mais conhecimentos. Bagathuriya lamenta, entretanto, a falta de laboratório de toxicologia no país que seria uma “mais-valia”.



VISITAS DE TURISTAS A ANGOLA

Serviços destronam negócios em 2020

VIAGENS. Pandemia inibiu visitas de negócios em Angola no ano passado. País continua a ser mais procurado por europeus.

Dos 63.617 turistas contabilizados no ano passado, 35.075 (cerca de 55%) entraram no país para participar de conferências e workshops, segundo dados compilados pelo Instituto de Fomento do Turismo (Infotur) que aponta a pandemia como a razão das alterações no perfil dos viajantes.

Os serviços foram assim o principal motivo de viagens de turistas para Angola no ano passado, seguidos do trânsito, que permitiu a entrada de 13.542 turistas, e das férias com 8.838. Os negócios que dominaram em anos anteriores

representaram apenas 6.159, cerca de 9,7%.

Em termos totais, as entradas do ano passado representam uma quebra de 70,75%, face aos números de 2019 que se fixaram nos 217.512 turistas. Já os europeus continuam a ser os que mais procuram Angola, com Portugal à testa, seguidos dos africanos.

Segundo o Infotur, tal como a “quebra significativa” na entrada de turistas, houve também um recuo na arrecadação de receitas a rondar os 49%. Em 2019, Angola conseguiu arrecadar 199,9 mil milhões de kwanzas contra os 101,6 mil milhões de kwanzas do ano passado.

Por Isabel Dinis

COM UM INVESTIMENTO de 19,147 milhões de euros, o Eurobic, cujos accionistas são os mesmos do Banco BIC, aparece na 11ª posição entre as 27 empresas portuguesas que mais investiram em investigação e desenvolvimento (I&D) em 2020. No topo aparece a NOS com 67,251 milhões de euros.



Gong Tao,
embaixador da
China

I SEMESTRE DESTE ANO

Volume de negócios entre China e Angola recupera 24%

Depois da queda de 37% no volume das trocas comerciais entre a China e Angola, em 2020, motivada pela crise pandémica e pela queda do preço do petróleo no mercado internacional, o primeiro semestre de 2021 já registou uma recuperação de 24% desta relação comercial, segundo o embaixador chinês em Luanda, Gong Tao.

Apesar das baixas registadas em 2020, o embaixador avança que a China investiu aproximadamente 100 milhões de dólares em Angola, nos diversos

sectores de cooperação. No primeiro semestre de 2021, Angola importou da China um total de 9.520 milhões de dólares em produtos diversos, enquanto a China importou de Angola 1.030 milhões de dólares, um aumento de 21% face ao período homólogo. Segundo Gong Tao, existem mais de 30 empresas chinesas a operarem em Angola onde se encontram empregados mais de 10 mil angolanos. O diplomata avançou ainda que, nestes últimos anos, aproximadamente 700 jovens angolanos foram à China com bolsas de estudos para formação em diversas áreas.

O embaixador garante que o seu país continua a investir em

Angola por este ser o maior parceiro comercial e estratégico no continente africano. “A China foi o primeiro país a prestar ajuda a Angola no combate à covid-19, doando testes. Recentemente doou 200 mil doses de vacinas e há muitos projectos com investimento chinês e haverá ainda mais novos investimentos”, garante. Ainda no campo da saúde, o embaixador assegura que há, em Angola, cinco equipas de médicos chineses a trabalhar para a melhoria do sistema de saúde, sendo que a mais recente está no hospital geral de Luanda. Os dois países estão a negociar o envio da sexta equipa nos próximos meses.

UNIVERSIDADE CATÓLICA

CEIC lança Relatório Económico

O Centro de Estudos e Investigação Científica (Ceic), da Universidade Católica de Angola (Ucan), apresenta, na próxima terça-feira, 31, o Relatório Económico 2019-2020. À semelhança dos anos anteriores, o relatório abordará temas relacionadas com a política orçamental, monetária e cambial, análise à balança de pagamentos, o nível geral da actividade económica, o emprego e a produtividade.

A novidade desta edição será o lançamento do livro Globalização em Português – Revoluções e Continuidades Africanas, cuja coordenação estará a cargo de Jorge Braga

de Macedo, com a colaboração de Alves da Rocha, economista e director do Ceic, e Maria Romeiras.

O Relatório Económico é o principal produto de investigação do Ceic. É elaborado todos os anos por uma equipa de investigadores que acompanha e analisa as principais questões macroeconómicas do país, com o objectivo de oferecer uma melhor compreensão das políticas económicas, por um lado, e, por outro, para questionar, de modo crítico, o impacto de tais medidas na melhoria das condições de vida das populações e no desenvolvimento do país, em geral.



Mercados & Negócios

CONCURSO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

Sonangol altera regras de alienação do HCTA



PRIVATIZAÇÃO. Hotel de 5 estrelas foi posto à venda em Agosto do ano passado. Agora, apenas a gestão é que deverá ser concessionada por um período de 12 anos.

Por Isabel Dinis

Ao contrário do processo anunciado em Agosto do ano passado, que previa a venda do activo por concurso público aberto, a Sonangol decidiu agora alienar apenas a exploração e a gestão do HCTA, numa concessão de 12 anos, findos os quais, o gestor poderá exercer o direito de compra.

Com a alteração do objecto de alienação, que mantém o activo

| Opções de compra dos hotéis da Sonangol | | | |
|---|-------------------------|----------------------|-----------------|
| Hotel | Procedimento/modalidade | Período de concessão | Opção de compra |
| Florença | Concurso público | Cessão de exploração | SIM |
| Rio Mar | Concurso público | Cessão de exploração | SIM |
| Suite Maianga | CLPQ | Cessão de exploração | SIM |
| HCTA | CLPQ | Cessão de exploração | SIM |

na esfera patrimonial da petrolífera, a Sonangol optou também por alterar a modalidade do concurso, passando desta vez para as candidaturas limitadas por prévia qualificação.

Gil Miguens, membro do grupo de coordenação das privatizações dos activos da Sonangol, que antecipa a abertura do concurso para “breve”, explica

que as alterações no processo se devem às “dificuldades” conjunturais que se registam no sector da hotelaria e turismo. “Foi na base desta auscultação que, junto do órgão reitor do programa de privatizações, foi submetida uma solicitação de autorização para a alteração de modalidade de privatização”, explicou Miguens, acrescentando que os “ajustes”

vão ao encontro das expectativas dos operadores do mercado e potenciais interessados.

O HCTA foi inaugurado em Dezembro de 2009, num investimento de 200 milhões de dólares, sendo a primeira unidade hoteleira de cinco estrelas a surgir no país. Com 201 quartos, o empreendimento está integrado num complexo que incorpora o Centro de Convenções de Talatona (CCTA) e 20 luxuosas vivendas.

MAIS VENDAS

No âmbito do programa de privatizações dirigido pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape), a Sonangol tem para alienar a gestão de mais três hotéis, no caso, o Suite Maianga e Florença, em Luanda, e o Rio Mar, em Benguela.

Assim como o HCTA, a gestão do hotel Suite Maianga também vai ser privatizada por concurso limitado por prévia qualificação, enquanto o Florença e o Rio Mar por concurso público. Os quatro vão ser alienados na modalidade de cessão de exploração e gestão por um período de 12 anos, com o processo a admitir a possibilidade dos adjudicatários exercerem a opção de compra. “Havendo uma concessão de direito de exploração e gestão, o activo há-de manter-se propriedade da Sonangol até ao momento em que o adjudicatário entender exercer a opção de compra do activo”, precisa Gil Miguens.

No período em que decorrer a cessão, as entidades adjudicatárias devem fazer prova de capacidade técnica, financeira e experiência na adopção das melhores práticas do sector.



CINCO ATINGIDAS

BNA volta a revogar licenças de instituições não-bancárias

O BNA anunciou a revogação das licenças de cinco instituições “pelo incumprimento reiterado das normas que regem a sua actividade e por inactividade por período superior a seis meses”. As abrangidas foram a Cristal Pay, Sociedade de Remessas de Valores, Go Transfer, Sociedade de Remessas, Eurodólar e as casas de câmbio Dakota e Celecâmbios.

Por sua vez, as instituições Lezinho, Sociedade de Microcrédito, Credilease, Sociedade de Locação Financeira e Syridian, Sociedade Prestadora de Serviços de Pagamentos viram as suas licenças serem consideradas caducadas “pelo facto de não terem iniciado a actividade, dentro do prazo legalmente estabelecido”.

O encerramento de instituições financeiras não-bancárias foi há muito perspectivado pela Associação de Casas de Câmbio de Angola (ACCA), devido à dificuldade que enfrentam nos últimos anos, face à escassez de divisas. Para contornar essa tendência, a associação perspectivava expandir o raio de actividade, por exemplo, para a intermediação de títulos da dívida pública.

O PRESIDENTE João Lourenço ordenou a transferência das acções da sociedade anónima Caioportos para o Porto de Cabinda, determinando que a alteração da titularidade deverá assegurar que "seja reconhecido o investimento feito pelo actual detentor das acções", determina o despacho.

15 NA REGIÃO NORTE

Fresmart projecta 21 novas lojas até 2022

COMÉRCIO Empresa assegura estar a negociar os espaços que vão suportar a expansão da rede. Luanda e Norte do país são os alvos imediatos, mas a meta é cobrir a totalidade das províncias.



Hélder Inácio,
director de
operações da
Fresmart.

Por Guilherme Francisco

A Fresmart, uma rede de lojas de proximidade com foco na venda de produtos da cesta básica, prevê sair de 19 para 25 lojas em Luanda até ao fim deste ano, num investimento médio unitário de 340 milhões de kwanzas, ao mesmo tempo que projecta a abertura de outras 15 no corredor Norte do país, em 2022, totalizando 21 novas unidades.

Hélder Inácio, director de operações da Fresmart, explica

que a empresa está a negociar espaços que permitam, em termos logísticos, oferecer ao nível das lojas existentes, apontando para uma "motivação enorme para continuar a expandir", através de operação que deverá incluir pontos intermédios de armazenagem para facilitar o abastecimento com produtos frescos.

Com apenas uma loja fora de Luanda, por enquanto, mais concretamente no Dundo, Inácio relata a missão "desgastante e desafiadora" de abastecimento da unidade da Lunda-Norte, face ao "pessimismo" estado da estrada. "Todos os dias, sai um camião para levar produtos frescos, num dia que sai um o outro ainda não chegou", conta o

responsável da Fresmart, que assegura, entretanto, a continuidade da operação, justificando-se com o conhecimento prévio da "grande incerteza" do processo, em resultado das dificuldades identificadas.

Hélder Inácio lamenta, por outro lado, a carência de alguns produtos nacionais, razão por que o grupo está a investir num aviário no sentido de pôr fim às necessidades de ovos e frangos. "Falta capacidade de produção local que sirva às nossas necessidades, sentimos isso nos produtos frescos, legumes e frutas, que nem sempre temos necessário para as nossas vendas", precisa.

Detida pelo grupo Newaco e com quatro anos de existência, a Fresmart emprega 900 trabalhadores.



MAIOR PRODUTOR DO SUL DO PAÍS

Receitas da 'Água Preciosa' caem 65%

Por Guilherme Francisco

A queda "drástica" do poder de compra, agravada pela pandemia, levou a fabricante da Água Preciosa, com capacidade de produzir oito mil garrafas por hora, a reduzir a produção pela segunda vez este ano, saindo dos 60% para os 40% da capacidade instalada. Como consequência imediata, além do despedimento de metade dos trabalhadores, a empresa registou uma "quebra radical" nas receitas, fixadas entre 60 e 70 milhões de kwanzas, ao contrário de há dois anos em que se situavam entre os 150 e 200 milhões de kwanzas.

Valdemar Ribeiro, administrador da empresa, não vê qualquer possibilidade de recuperação, considerando a conjuntura do mercado que se revela cada vez mais com limitações no consumo.

"Se o cidadão perdeu o poder de compra, não adianta eu produzir porque vou entrar em falência, então, prefiro a cautela para não cair no precipício", defende-se.

SOLUÇÃO É A EXPORTAÇÃO, MAS FALTA APOIO INSTITUCIONAL

A escapatória diante do actual cenário é a exportação. Valdemar Ribeiro explica que tem condições de aumentar a linha de produção com vista a levar a água engarrafada com e sem gás, sumos medicinais ao mercado árabe, principalmente do Emirados Árabes Unidos. Contudo, prefere não avançar com o investimento já garantido por três bancos, um dos quais o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), porque não dispõe de qualquer apoio institucional do Governo. "Não vamos avançar com essa linha de 10 milhões de euros se não tivermos a certeza de que há uma equipa institucional dos ministérios da Indústria e Comércio, Economia e Planeamento, Aipex e governo provincial da Huíla a apoiar-nos institucionalmente", deixa claro, insistindo que, "sozinhos, não vamos lado nenhum". Para o administrador da Preciosa, o expectável êxito no mercado árabe explica-se pelo facto de "o produto corresponder à qualidade exigida". Sem compreender a razão de os navios provenientes dos Emirados Árabes Unidos que atracam no porto do Namibe regressarem vazios, Valdemar Ribeiro defende que estes meios devem ser aproveitados para a exportação dos produtos angolanos.

Entrevista

ALBANO LUSSATY, PRESIDENTE DA UNACA

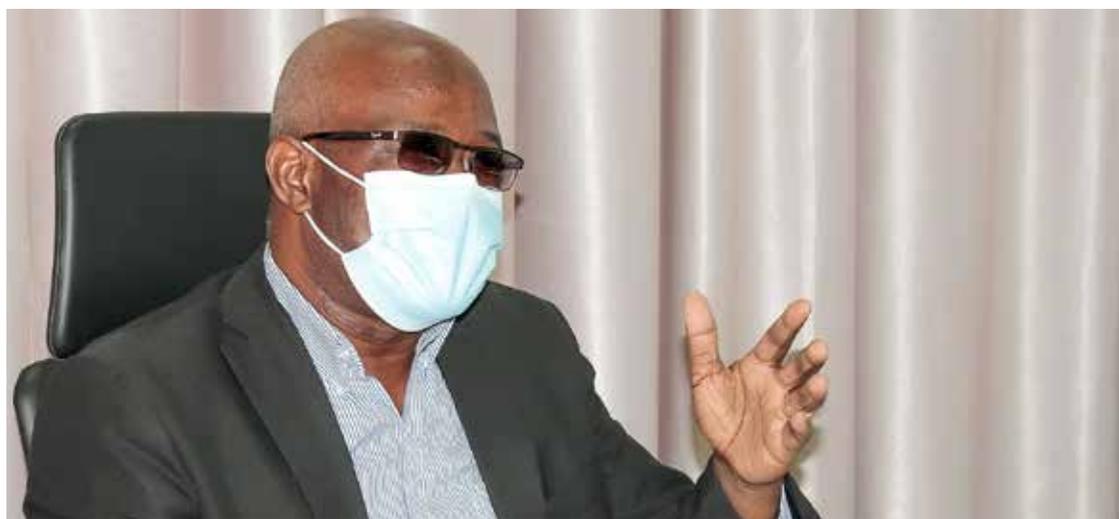
“Se queremos que agricultura seja um facto, devemos criar condições de reabrirmos as fábricas”

Presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (Unaca) entende que os problemas vividos no sector agrícola devem ser resolvidos junto das cooperativas e “não deve haver usurpação de poderes como tem acontecido”. Defende que a problemática da segurança alimentar não pode ser resolvida com relatórios, tão-pouco ser vista como comícios. Albano Lussaty acredita que a melhor forma de “sacudir” os males na agricultura passa pela revitalização das fábricas paralisadas e por apoiar os camponeses, mas sem ser com esmolas.

Por Pedro Nvakata

Quais têm sido as dificuldades da Unaca face à pandemia?

Estamos a viver momentos difíceis. Mas, apesar da tempestade, a Unaca nunca parou. Os camponeses nunca pararam. Nunca faltou a batata-doce na mesa da população. Isto se deve ao esforço empreendido pelos nossos camponeses. Estamos a criar mecanismos para ir ao encontro deles e procurar avançar com projectos de formação, isto porque, quando entrou o confinamento, em particular em Luanda, os camponeses quase ficaram abandonados, cerca de quatro e cinco meses, mas está tudo ultrapassado e hoje estamos permanentemente com eles. Por outro lado, a Unaca continua a criar cooperativas. Não temos utilizado os meios de fusão massiva. Com esta situação que vivemos, pensámos em avançar com a revitalização daquelas cooperativas que ficaram fragilizadas, no sentido de que os meios de produção reduziram bastante.



E como está a problemática dos insumos?

Os camponeses estão a viver momentos difíceis com a aquisição de adubos. Isso preocupa-nos bastante, mas também satisfeitos depois de ouvirmos o executivo a dar-nos uma boa notícia de subvencionar em cerca de 35% do adubo que será importado. Se esta intenção for concretizada, teremos êxitos porque o adubo terá um preço muito baixo diferente dos 25 mil praticados actualmente, para um saco de 25 quilos. Isto não é bom para um país que quer apostar fortemente na diversificação da economia.

Temos de parar de viciar o camponês com o hábito de os visitar e de lhes oferecer sacos de adubos.

Acridita que estará para breve?

A notícia foi dada, é uma posição do nosso executivo, continuamos a aguardar, mas é bom que seja de forma rápida, porque já se avizinha o início da campanha agrícola e a nossa ansiedade é ver este

meio chegar rapidamente às mãos dos camponeses, para facilitar na planificação.

O mercado angolano tem abertura para o fabrico de materiais do campo e de adubo?

São projecções e ideias que surgem. Há dias, participámos num colóquio, que debatia o sulfato de amónio, este elemento que já se faz sentir em Angola, com experiências na Universidade da Chianga, no Huambo, em algumas cooperativas no Bié e na Caála, onde vimos alguns empresários em sintonia com o Governo. Eles querem criar uma fábrica de adubos e é satisfatório. Se queremos que a agricultura

seja um facto, devemos criar condições de reabrirmos fábricas, como aquelas fundições que fabricavam enxadas e charruas. É preciso que nas projecções do executivo haja um estudo profundo de reabilitação destas fábricas, como é o caso concreto da fundição de charrua, no Huambo, Máquinas Pinheiros, entre outras. São essas fábricas que as nossas atenções estariam centradas de modo a criar condições logísticas para desacelerarmos a importação de bananas, ovos, entre outros produtos. Há recuos que não abonam em nada a economia, porque agindo desta forma estaríamos a criar constrangimentos à produção nacional. Se revitalizarmos as fábricas, muitas situações serão resolvidas: Primeiro, estariam a resolver o problema do camponês, que não irá de certeza comprar uma enxada num valor muito alto e segundo, estariam a facilitar o emprego da juventude, que vive ávida do primeiro emprego. Este deve ser o espírito que deve norteiar o nosso executivo.

A Cooperativa de Crédito Agrário de Angola (Copca) já é uma realidade?

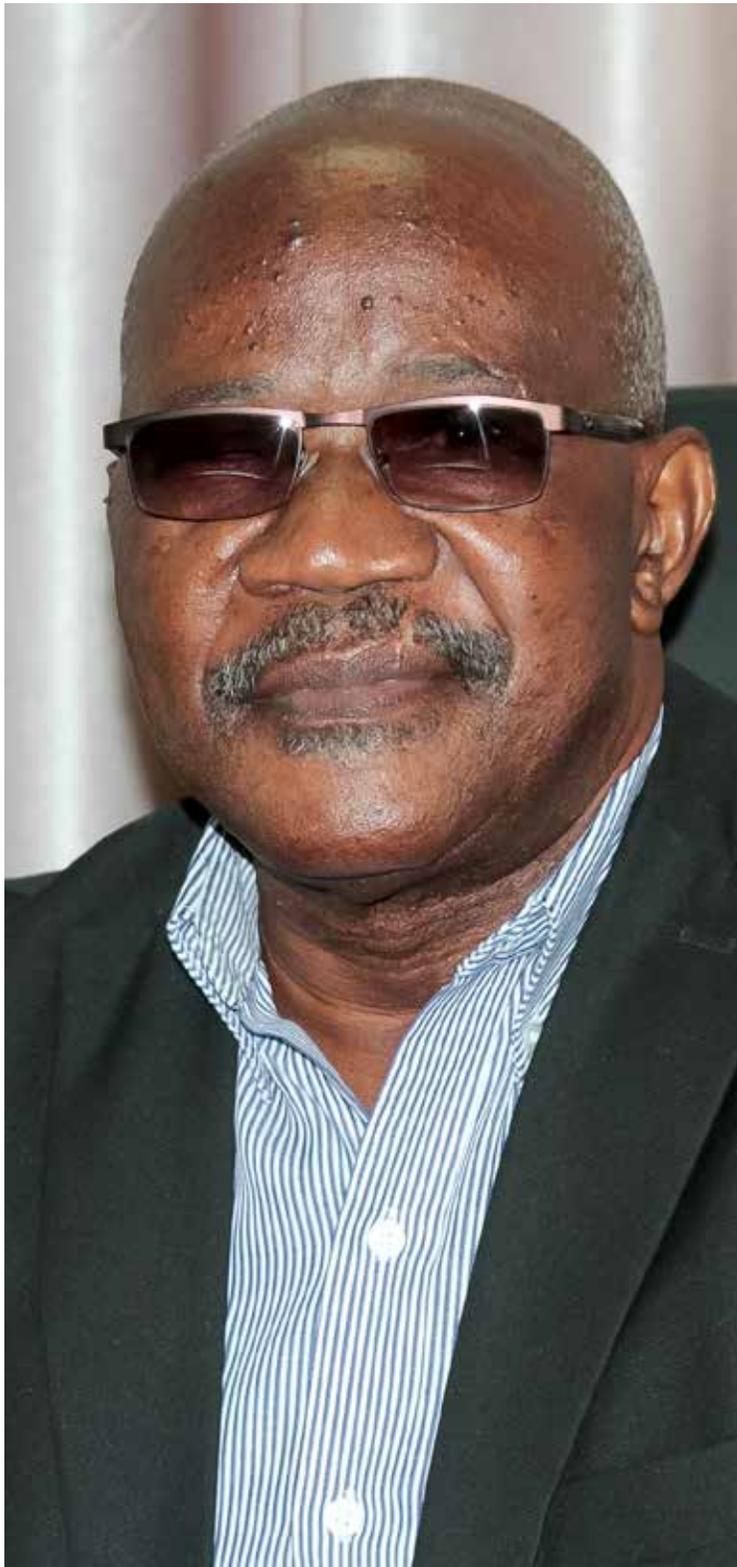
A cooperativa de crédito foi uma iniciativa e proposta da Unaca e seria muito bom que existisse uma

“Apesar de reconhecer que o Governo detém a legitimidade de regular os preços, também é importante que haja consulta na aplicação da qualquer medida.”

cooperativa de crédito. Depois de começar a trilhar os primeiros passos, passou a encontrar estrangulamentos de financiamento e até agora continua à procura de financiamento. Em Portugal, Brasil e alguns países africanos, como a Namíbia e África do Sul, só para citar alguns, encontramos cooperativas a funcionar, com foco no apoio às cooperativas e associações. Aqui estamos a encontrar problemas sérios. Alguns assuntos que deveriam ser tratados pela sociedade, o Governo quer assumi-los. Com toda a honestidade, não é muito elegante que o Governo passe a distribuir adubos. Esta é uma tarefa empresarial, portanto, é importante que a cooperativa e o empresário fornecedor de adubo tenham a mesma linguagem e o mesmo sentimento. O que se regista hoje é que as coisas são todas planificadas de cima e, muitas vezes, não há consulta da base e isto é um grande erro.

Trata-se de usurpação de poder?

Correctíssimo. O que norteou a criação desta cooperativa é encontrar financiamento e estamos a lutar para isso seja uma realidade. Temos, no país, muitos focos sobre o crédito. E quem lidera o crédito é o Ministério das Finanças e o BDA. Os bancos devem trabalhar com esta sociedade que tem esta facilidade de penetrar nos locais longínquos. Por exemplo, o Presidente da República aprovou, no decreto 98/20 de 9 de Abril, as medidas de alívio do impacto económico sobre as empresas, famílias e sector informal. Foram seleccionadas 270 cooperativas - 15 para cada província - e cada uma destas poderia receber 50 milhões de kwanzas. Foi uma notícia aplaudida pelos camponeses. Finalmente, o Governo ouviu o nosso clamor e agora as coisas andam ao contrário. No início, os parceiros foram chamados, a Unaca criou condições de assinar um protocolo de colaboração com o Ministério das Finanças. Infelizmente, quando há muita interferência, se não tivermos cuidado, irá ao fracasso. Queremos dar os parabéns ao governo provincial do Bié, que entendeu a mensagem, trabalhou com a Unaca e acompanhou, com rigor, a selecção das cooperativas e ultrapassou a meta. Em vez das 15 cooperativas, conseguiu 20 e recebeu cerca de 448 milhões de kwanzas. Diferente do Huambo, com 11 municípios, só conta com uma cooperativa e estamos quase no fim do



Mário Mujetes © VE

cumprimento do decreto. Quando começo a olhar para estas projecções fico preocupado! Quando chega a altura da participação efectiva do dinheiro, as organizações não são chamadas, mas na mobilização são. Há cooperativas, invés de receberam 50 milhões, receberam três milhões. Este problema começa a fragilizar aquilo que se planifica.

Como olha para a situação da seca e da praga de gafanhotos no Sul do país?

Temos de saber que a fome não está no campo, mas sim nas cidades. Só existe fome nos campos quando há estiagem, seca e pragas de gafanhotos, como aconteceu no

Cunene, em partes da Huíla e de Benguela e no Kuando-Kubango. É neste quadro que é preciso criar aquilo que chamamos segurança alimentar. A Cosan é uma plataforma que defende a segurança alimentar e é membro da CPLP. Em outros países, tem forma de medir o temperamento de cada região e o que mais se produz. Se nós não concretizarmos aquilo que preconizamos, encontraremos sempre problemas da falta de segurança alimentar. A segurança alimentar não pode ser no relatório, não pode ser falada em comício. Ela pressupõe trabalho.

E quanto ao crédito?

Estamos a dar crédito. Já estamos em 12 províncias, no total já são 112 cooperativas creditadas, estamos de parabéns. Agora, o nosso trabalho passa pela sensibilização do camponês, educar na gestão daquilo que recebeu e também consciencializá-lo que tem o dever de devolver o valor do crédito. Este é o trabalho da Unaca e não nos têm confundido. Temos um objecto social que passa pela formação de cooperativas e de associações, de sensibilizar os camponeses e de criar um novo banco de dados. O nosso está superlotado. Devido aos estrangulamentos impostos pela covid-19 e pela situação económica, não conseguimos iniciar os cadastramentos. É importante que se faça o cadastramento e o Prodesi aparece e diz “estamos a entregar dinheiro às cooperativas e este dinheiro tem de voltar”. E agora pergunto, quantas cooperativas existem em Angola? Encontramos hoje até organismos do Governo a criar cooperativas. Isto não é possível. Hoje, é possível encontrar, por exemplo, um ministério a dizer que também tem cooperativas, estamos a criar embaraços no trabalho. Se assim queremos, é importante que se aprove um instituto para regular o funcionamento das cooperativas, em todos os segmentos, coisa que ainda não existe. O que existe é a Unaca e a Adra com as suas cooperativas. O IDA, que não é para formar cooperativas, mas sim para educar dinamizadores, hoje por hoje, também já aparece com cooperativas. Agora questiono, estas cooperativas todas que recebem créditos, no momento de reembolso quem será o responsável para a mobilização? Estão a querer reviver os mesmos erros ocorridos no microcrédito, crédito de campanha e crédito de investimento. Agora estão a aparecer mui-

tos intervenientes do campo, porém a nossa maior preocupação é tirar o paternalismo na mente dos camponeses. O camponês tem de saber que esta é “a minha terra, estou a produzir, vou vender, tenho lucro e vou comprar”. Temos de parar de viciar o camponês com o hábito de os visitar e de lhes oferecer sacos de adubos. Agora que já estamos a receber financiamento de 50 milhões de kwanzas, a nossa filosofia é procurarmos evoluir o cooperativismo para grandes empresas, para que dê ‘inputs’ no Orçamento Geral de Estado.

Mas isso não carece de formação?

Claro, estamos a fazer isso. Mas é interessante ver na televisão que o Governo visitou e deixou materiais agrícolas a custo zero. Entendemos que é solidariedade, é apoio, todavia, é preciso formar o camponês. Devemos criar financiamento junto dos bancos, temos de colocar de parte a burocracia. Há muita burocracia. Quando se fala ao camponês que vou fazer estudo de viabilidade, deve-se ensinar o que é e para que serve. Tudo isto é uma cadeia, temos de ver se estou a dar crédito para a produção. À retaguarda, deve ter uma instituição para escoamento deste produto. Caso o produto não seja escoado, o camponês terá problemas com o banco.

Há vias de comunicação suficientes para facilitar o escoamento?

Foi implementado o projecto PDAC, que visa recuperar as vias de acesso e infra-estruturas, como pontes, estradas, fábricas e apetrechamento de escolas no meio rural. É um programa para o meio rural, mas precisa de ser célere, porque dentro de dois meses será o arranque da produção agrícola. Outra coisa que me agradou muito foi a reconstrução das escolas técnicas agrárias. Têm de ser recuperadas, como as da Huíla e do Huambo, que poderão ensinar o cooperativismo aos camponeses e permitir com que os jovens não saiam do campo para as cidades.

Ainda é de opinião que a implementação do IVA trouxe desvantagens para os camponeses?

Tenho uma experiência da ‘cintura verde’ de Luanda, onde circulamos permanentemente, no caso concreto da Funda, Calumbo, Kikuxi, Bom Jesus e Agro da Quininha. Eles encontram problemas, porque

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

isso influencia na venda dos produtos. Sempre que há uma medida que afecta também o meio rural é importante que se crie catálogos, em que o camponês irá encontrar informações necessárias sobre um determinado assunto. Se questionar um camponês sobre que é que é o IVA, se for da zona sul, ou mesmo de Luanda, poderá confundir com uma marca de um autocarro. É preciso ensinar isso ao camponês, que é diferente da classe intelectual e dos trabalhadores das zonas urbanas. Enfim, já foi implementado e agora é preciso criar-se outros mecanismos, um dos quais aplaudido pela Unaca, é a intenção do Governo em subvencionar os adubos em 35% e aí assim o camponês não sentirá o peso.

Que benefícios traria a implementação das cantinas rurais junto das organizações de camponeses e das cooperativas?

As cantinas, desde 2015, que sou presidente, sempre disse que não devem ser lideradas pelos funcionários que estão nas cidades por não conhecem as zonas. Ele não conhece o Kuito e dirá que conhece. Uma cantina rural forte irá diminuir as andanças do camponês e ajudar na troca do seu produto e no câmbio na aquisição de produtos como açúcar, arroz, batata, entre outros. O cantineiro deve estar lá para ajudar a expandir o funcionamento de operadores comerciais. Antigamente, havia a Erenista e o Ecundipa. Um era grossista e outro retalhista e havia outros que eram comerciantes do mato que esperavam os camponeses para fazer a troca dos produtos. É um sacrifício e é importante que isso seja revolucionado. Há tempos, ouvi que o Governo vai entregar carrinhas para comerciantes. Se vai entregar carrinhas, porque não entregar a uma cooperativa e que a mesma leve os seus produtos directamente à cidade? Estes comerciantes vão comprar carrinhas que não chegam ao campo porque encontram constrangimentos nas vias de acesso. Por outro lado, há a inexistência de regulamento em termos de preços. Hoje, o camponês já tem uma visão diferente. Antigamente, ditava-se o preço da galinha, hoje não. Temos cooperativas a serem lideradas por técnicos médios de agronomia, outras por economistas. Os homens seleccionados para o campo não devem ser de outras



zonas, devem ser das zonas de jurisdição que sabem perfeitamente qual é o momento de levar o açúcar, óleo, entre outros produtos.

Qual é a apreciação que tem da fixação dos preços?

O preço é um problema. Gostei da revisão da Constituição da República, em que o povo participou, as universidades participaram e isso é bom. E isso levou-me a reflectir. Finalmente, é um método. Se eu disser que vou mudar o quadro dos preços, tenho necessariamente de consultar os demais, porque poderá dar-se o caso de ser somente eu a gostar da alteração. Na minha terra diz-se assim: “os joelhos não são os mesmos, se outro está a saltar não significa necessariamente que deves seguir as mesmas pisadas, poderás tropeçar”. Então, é a mesma coisa, na aplicação dos preços que é bom, mas desde que seja de consenso mútuo. Apesar de reconhecer que o Governo detém a legitimidade de regular os preços, também é importante que haja consulta na aplicação da qualquer medida.

Já há maior acessibilidade de insumos agrícolas por parte dos camponeses?

De facto, há, mas os preços estão altos. Visitei o Huambo, há lá um grito maior. Sou muito contra

Estamos a encontrar hoje são empresários oportunistas que, ao invés de ajudar, roubam terras dos pobres camponeses.

alguns dizeres de relatório. Ouvimos os relatórios, começamos a pensar que tudo anda bem, mas não. O importante é irmos ao encontro dos camponeses para saber se tudo anda bem e este é o conceito de direcção que as pessoas devem ter. Não há adubos. Estão muito caros. O saco está a custar 25 mil kwanzas. Os insumos são os tractores que foram distribuídos aos ex-militares. Mas a minha pergunta é, já formamos tractoristas? Para eu entregar o tractor, devo habilitar o camponês. Hoje o centro de mecanização de Viana deixou de existir. Quem irá reparar o tractor quando tiver uma avaria? Estamos preocupados com isso. Foram distribuídos muito recentemente trac-

tores e verificamos que alguns já estão avariados. Volto a questionar, qual foi o rendimento? É preciso fazer um balanço. Já estamos a abraçar a mecanização dos bancos, é preciso criar escolas técnicas. Enquanto isso não for criado, teremos sérios problemas.

A distribuição das terras está acautelada?

Este problema das terras é um problema sério. Por exemplo, a expropriação das terras, como nas centralidades do Kilamba e Sequele. Aquilo tudo era associações e cooperativas de mandioca e jinguba em Luanda. Às vezes, vejo camponeses a gritar, coitados. Tem de haver uma defesa nisso, porque os mecanismos utilizados, para a expropriação de terras, não têm sido bons. Quando estou a usurpar uma coisa, acabo por deixar mágoas. O mecanismo deveria ser negociar com os camponeses. É preciso negociar com a pessoa encontrada no local. Com o surgimento do Prodesi, o número de cooperativas disparou. Desconfio – quero estar errado – que muitos, pela ânsia de querer ter dinheiro, decidiram criar cooperativas. A lei de terra deve ser revista o mais rapidamente possível e os legisladores devem olhar mais para os idosos que têm terras deixadas pelos seus ancestrais.

Mas a terra não é propriedade do Estado?

A terra é propriedade do Estado, mas o homem que faz a lei é o Estado. Concordo que a terra é do Estado. Mas enquanto Estado deve também defender aquele que conservou. Qual é o agradecimento do Estado? Isso é como tudo. Trago um casal de bois, crescem e tornam-se 7. Devo, no mínimo, dar um casal e eu levar os cinco, de forma a agradecer pelos cuidados. Tradicionalmente, algumas leis são aprovadas, mas que não têm aceitação no meio rural, porque não entendem. É por isso que nós, Unaca, vamos ao encontro do camponês. Infelizmente, também temos problemas. Estamos sem viaturas, não temos dinheiro e o Governo deve saber que esta é uma máquina para ajudar a solucionar problemas.

A distribuição dos títulos satisfaz a Unaca?

Satisfaz... é a lei. Tenho dito aos camponeses que a terra não é nossa. Estamos sujeitos a cumprir a lei. Mas o nosso apelo tem sido no sentido de a lei proteger aquelas pessoas que viveram muito tempo naquelas terras. Não se pode colocar um prédio e viver na garagem, não é correcto. É o mesmo que dizer: “tenho 50 hectares e aquele homem, que cuida da terra deste o tempo colonial, tem cinco hectares, o melhor seria dizer já que estou a trabalhar os meus hectares com as minhas máquinas, devo lavrar também as terras deste pacato cidadão para que não me roube milho”. Esta é uma consciência que temos de cultivar. Estamos a encontrar hoje são empresários oportunistas que, ao invés de ajudar, roubam terras dos pobres camponeses. Por isso, é preciso que antes de se passar o título, é necessário que se faça um trabalho de apuramento.

A subvenção dos combustíveis já é uma realidade?

A subvenção dos combustíveis não se faz sentir. A subvenção dos combustíveis, há muito que vem sendo motivo de debate e até aqui não se faz sentir, porque os preços dos combustíveis nas bombas continuam a ser uma ‘dor de cabeça’ dos camponeses. Agora que se aprovou a subvenção do adubo, é importante que se anexe já também a do combustível. Seria bom que o Executivo olhasse para estes elementos que são de extrema importância, que acabam por ser o fertilizante e o combustível.

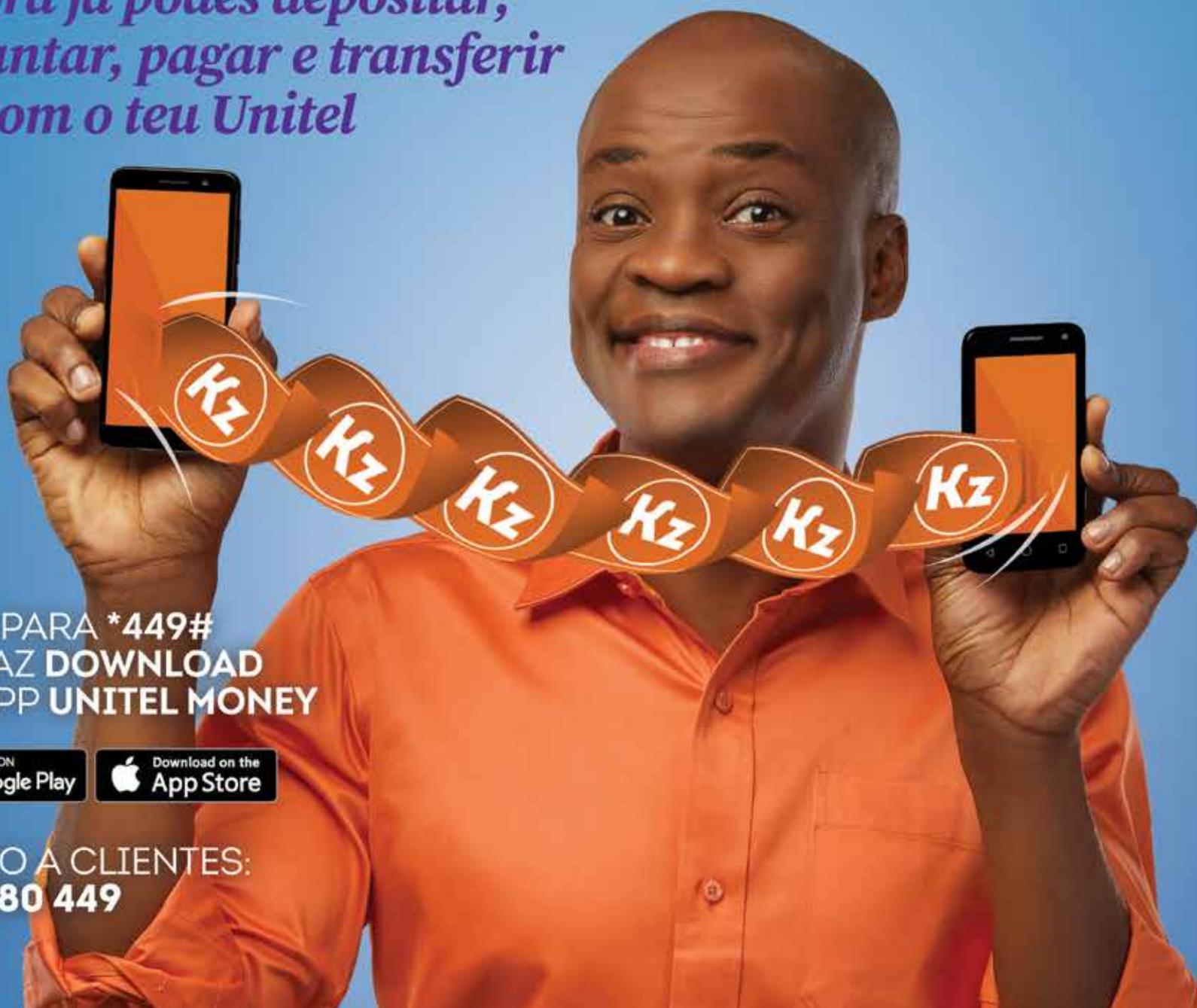
UNITEL MONEY

> CHEGOU

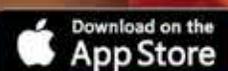
É SIMPLES!

É PARA TODOS!

*Agora já podes depositar,
levantar, pagar e transferir
só com o teu Unitel*



LIGA PARA *449#
OU FAZ DOWNLOAD
DA APP UNITEL MONEY



APOIO A CLIENTES:
923 180 449

DE JURE

REGISTO ELEITORAL OFICIOSO

Debate prossegue esta terça-feira

Por Redação

As discussões, na especialidade, da proposta de lei que altera a Lei do Registo Eleitoral Oficioso, por falta de consenso, prosseguem hoje na Assembleia Nacional.

Os debates de hoje estarão circunscritos aos pontos 3 e 4 do Artigo 15, após discussão e aprovação dos mais de 70 artigos e as disposições finais, das iniciativas legislativas do Executivo e do Grupo Parlamentar da Unita.

As divergências dos deputados da primeira, terceira e quarta comissões especializadas da AN assentam, principalmente, sobre questões relativas à Base de Dados dos Cidadãos Maiores, com o maior partido na oposição a sugerir que a lei

identifique um período de 30 dias para a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) corrigir possíveis erros e omissões, após receber os dados do Ministério da Administração do Território (MAT).

O ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, no entanto, em nome do Executivo, defende a manutenção do actualmente estabelecido na lei, por se manter válido e exequível.

Liberty Chiyaka, presidente do Grupo Parlamentar da Unita, vê o artigo 15.º da proposta de alteração da Lei do Registo Oficioso como o que mais polémica gerou, durante na especialidade, admitindo “poder passar para votação e que não se vote o número três pontos, por constituírem, no momento, a questão central”.

Para a Casa-CE, as eleições constituem um compromisso da Nação, razão pela qual Alexandre André, presidente do Grupo Parlamentar da coligação defende que “devem decor-

rer num ambiente de maior liberdade, justiça, transparência e tranquilidade, para que se traduzam numa verdadeira festa da democracia”.

Por seu turno, para o MPLA, a aprovação das propostas de lei sobre as eleições demonstra a “maturidade dos deputados”. Em nome do partido no poder, o deputado João Pinto alegrou-se por as sugestões apresentadas pelos diferentes grupos parlamentares terem sido consensuais.

A proposta do Executivo surge da alteração constitucional, realizada recentemente, que prevê o voto no exterior do país, bem como a actualização das sanções pecuniárias previstas na Lei actualmente em vigor.

A ideia é tornar as duas propostas em discussão num único instrumento jurídico, em que todos os parlamentares se revejam, para a aprovação final global na reunião plenária extraordinária de dia 26 deste mês.

Laurinda Cardoso,
Presidente do
Tribunal Constitucional



NOVA PRESIDENTE DO TC

Laurinda Cardoso jura “independência”

O reforço dos mecanismos para que os cidadãos acreditem mais na Justiça é uma das apostas da recém-nomeada juíza-conselheira presidente do Tribunal Constitucional (TC).

Laurinda Cardoso defende que se “desmistifique” a ideia de que os órgãos de Justiça são benevolentes apenas a alguns privilegiados e adversos aos desfavorecidos.

Para a magistrada, Angola consolida-se, cada vez mais, como um Estado democrático, com todas as implicações decorrentes, o que, no seu entender, “significa que os direitos políticos dos cidadãos devem ser respeitados, assim como é obrigatória a verificação do seu usufruto, em conformidade com a Lei”.

Na passagem de pastas com o antigo presidente do TC, Manuel Aragão, Laurinda Cardoso defendeu igualmente que o TC “deve posicionar-se para responder aos desafios impostos pela necessidade de salvaguarda dos direitos constitucionais dos cidadãos” e da garantia de que “cada um cumpra os deveres que lhe cabem”, acrescentando que o TC deve estar, “acima das querelas polí-

tico-partidárias, não estando ao serviço de interesses específicos de partidos políticos, sejam majoritários ou minoritários”.

Laurinda Cardoso substituiu Manuel Aragão que, a 10 deste mês, se demarcou “da maioria das decisões” constantes no acórdão que aprovou a Lei de Revisão Constitucional (LRC), alertando para o “suicídio do Estado democrático de direito” ao admitir-se a hierarquia entre tribunais superiores.

O ex-presidente do TC, que, segundo uma nota da Casa Civil do Presidente da República, “manifestou o desejo de renunciar ao cargo”, considerou o sistema jurisdicional angolano “difuso”, com “uma jurisdição comum encabeçada pelo Tribunal Supremo (TS) e uma jurisdição especializada (Tribunal Constitucional) e cada um destes órgãos é chamado, conforme a sua natureza, a dar resposta às questões submetidas”.

Dentre os dois, Carlos Teixeira e Manuel Aragão foram dois dos juízes-conselheiros do TC que tiveram voto vencido à LRC, com dois outros juízes a votarem sob reserva.



INVASÃO CUSTA MAIS DE 6,5 BILIÕES DE USD

Dívida da guerra do Afeganistão só vai ser paga depois de 2050

GUERRA. Invasão no Afeganistão custou aos EUA mais de 300 milhões de USD, por dia, durante 20 anos. Mas a conta total, por causa dos empréstimos, só vai ser paga em 2050. Fortuna junta dos 30 multimilionários não chega para pagar a dívida norte-americana.

Por Redacção

Ao contrário das outras guerras do século XXI, em que os norte-americanos se meteram, a do Afeganistão obrigou os EUA a fazerem engenharias financeiras para suportar os 20 anos que durou a invasão.

Nas guerras do Vietname e da Coreia do Sul, os custos foram suportados pelo orçamento federal, através do agravamento de impostos. Para pagar a guerra no Vietname, o conflito mais traumatizante para os norte-americanos, Washington aumentou os impostos, ainda que, alguns deles, de forma temporária. O presidente Lyndon Johnson subiu taxas em 77%, mas apenas para os contribuintes mais ricos. Anos antes, na década de 1950, Harry Truman fora mais duro: aumentou os impostos em 92% para suportar a guerra na península coreana.

Ambas as decisões receberam a aprovação do Congresso, que avaliou a situação por 42 vezes. No caso da guerra do Afeganistão, cujo orçamento se juntou à invasão



ao Iraque, George W. Bush evitou cobrar impostos. E até fez ao contrário. Nos primeiros anos, baixou as taxas em 8% aos contribuintes mais ricos, permitindo que a invasão militar não fosse tão impopular. No Congresso dos EUA, o presidente conseguiu que lhe fosse dada 'carta branca' para financiar a guerra. O que significou que os orçamentos deixaram de ter controlo de senadores e deputados, não passando pelo 'crivo' demo-

crático. E a prática foi reiterada nas administrações de Barak Obama e de Donald Trump. Todo o país estava concentrado em derrotar o que chama de "terrorismo islâmico", depois do que aconteceu a 11 de Setembro de 2001.

A solução, que ainda dura até hoje e para não agravar impostos, foi o de contrair dívida pública. Resultado: o país já deve mais de dois biliões USD. Um estudo das universidades de Harvard e

Dois

Biliões USD - custo total da guerra

6,5

Biliões USD - dívida dos EUA causada pela guerra

300

Milhões USD - custo diário da guerra

85

Mil milhões USD - custo da formação do exército afegão

2500

Número de militares dos EUA mortos em combate

de Brown calcula que essa dívida demore décadas a ser paga. Os juros e amortizações só vão ser liquidados em 2048, mas, nessa altura, deverão atingir o valor de 6,5 biliões USD, ou seja, mais do triplo da dívida.

Isto significa que a guerra no Afeganistão é de, de longe, a mais cara da História. De acordo com o estudo das duas universidades, nem a fortuna conjunta dos 30 norte-americanos mais ricos, incluindo o património dos multimilionários Elon Musk, Jeff Bezos e Bill Gates, conseguiria pagar a dívida.

A MAIS LONGA

A guerra no Afeganistão foi também a mais longa da História dos EUA e também a que acabou mais rapidamente. Em apenas três meses, os afegãos, sob o domínio dos taliban, derrotaram os exércitos dos EUA e do governo de Cabul. Bastaram 300 mil soldados taliban, equipados apenas com artilharia, sem aviação, para derrotar dois exércitos, o poderoso norte-americano e o afegão, treinado e equipado pelos EUA durante 20 anos.

Em duas décadas, os EUA gastaram mais de dois biliões USD, numa média de 300 milhões USD por dia. Só em armamento, foram gastos 800 mil milhões USD, incluindo os custos com a logística de combate.

Uma das fatias do 'bolo' do orçamento foi dirigida para a formação do exército afegão. Foram mais de 85 mil milhões USD. Por ano, os contribuintes norte-americanos entregaram 750 milhões USD só para a formação.

Além dos custos em dinheiro, a guerra do Afeganistão foi devastadora para os EUA: morreram 2.500 militares e quase 4.000 civis que trabalharam para os norte-americanos. Os EUA calculam gastar mais de 300 mil milhões USD para cuidar de 20 mil feridos, vítimas da guerra. Por parte do Afeganistão, morreram 47 mil civis e 51 mil combatentes taliban.

(In)formalizando



ATRAVÉS DO TELEMÓVEL

Unitel quer facilitar compra de bens e serviços

A operadora de telefonia Unitel, através da Unitel Serviços de Pagamentos Móveis, vai integrar brevemente comerciantes na sua carteira digital de pagamentos móveis, permitindo a qualquer cliente efectuar compras, sem necessariamente pagar o bem ou serviço com dinheiro físico. “Todos os comerciantes de Angola poderão receber pagamentos de qualquer cliente Unitel Money, como se tratasse de um multicaixa. Pagar as contas do mês, água, luz e gás, será igualmente possível”, detalha a operadora. A empresa acredita que

os comerciantes que optarem pela solução tecnológica terão vantagens acrescidas pelo facto de evitarem manter grandes somas de dinheiro em caixa, proporcionando mais segurança.

Nesta segunda-feira, a operadora disponibilizou a carteira digital denominada Unitel Money, serviço de pagamentos e transferências móveis e instantâneas por intermédio de terminais telefónicos.

Recentemente, foi também apresentada ao mercado uma outra solução financeira e inclusiva, designada Akipaga. Já licenciada pela entidade reguladora (Banco Nacional de Angola), encontra-se em fase experimental.

AGRICULTURA

Agrijovem vai explorar 58 hectares

O programa de incentivo à agricultura, levado a cabo pelo governo provincial do Kwanza-Sul, denominado Agrijovem, prevê produzir cereais, tubérculos, leguminosas e café num espaço de 58 hectares.

O projecto arrancou no município da Kibala, com a entrega dos primeiros 16 hectares à cooperativa de jovens agricultores integrada por 32 membros. Os beneficiários receberam, antes treinamento, sobre a forma de tratamento da terra e novas técnicas de cultivo.

Ao contrário do Kwanza-Sul, os jovens empreendedores agrícolas de Malanje pedem ao governo local mais incentivos fiscais, atendendo as dificuldades causadas pela pandemia, assim como a facilitação no acesso ao crédito bancário.

A situação actual impede-os de aumentar a produção e, consequentemente, a criação de novos postos de emprego.



NO KWANZA-NORTE

Camponeses sem meios para aumentar produção

A falta de tratores com charruas e alfaías está a dificultar os camponeses de Kwanza Norte aumentarem a produção. Segundo o director do Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pesca, Manuel Fernandes, os meios são alugados a preços longe da possibilidade dos produtores, que variam entre 90 a 100 mil kwanzas por hectare.

Fruto da situação os camponeses agrupados em família consideradas vulneráveis baixaram drasticamente a produção, são obrigadas a preparar a terra de forma manual.

“A província precisa de mais mecanização de terra, porque os dados que conseguimos ter dão

conta que a área de produção por família é muito pequena, estimada em 1.3 hectare”, dá conta.

No ano agrícola 2021-2022 a província pretende preparar 25 mil hectares de terra aráveis, dos quais apenas seis mil será feita de forma mecanizada enquanto os restantes 19 mil lavrados manualmente por 19 mil famílias. Para inverter o difícil quadro o responsável propõe que a questão da mecanização na agricultura pratica por famílias pobres devia ser da responsabilidade do Ministério da Agricultura, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

Das 180 mil toneladas de produtos diversos colhidas na época agrícola 2020-2021, a mandioca foi a mais cultivada com 150.228 toneladas.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana que passou, a actualidade mundial foi marcada pelas imagens de afeições de tal modo desesperados para fugir do seu país que arriscam a vida e se penduram em aviões em movimento. Alguém pôs a circular um vídeo lembrando que Angola já viveu tempos semelhantes e que as lideranças incompetentes e perigosas podem fazer com seja insustentável a vida no país de nascença.

Um dos corpos que se vê cair do céu, e do avião em pleno voo, é de um jovem futebolista de 19 anos e que já se vai tornando símbolo da queda de volta às trevas que é para muitos o retorno ao comando Taliban. Um pesadelo em que opositores são mortos e silenciados, particularmente acintoso para as mulheres que, apesar das promessas em contrário, podem voltar a estar sujeitas às leis mais draconianas que as tapam, escondem, proibem de trabalhar e põem oficialmente sob custódia de irmãos, maridos, filhos e restantes homens da família. Uma perda de liberdades conquistadas repentina a que assistimos através dos media e das redes sociais. Um regresso vertiginoso às trevas que nos faz quase dar graças pela pequenez dos nossos terroristazinhas locais, por isso mesmo, por serem pequeninos, míseros... Na semana que passou, a direcção do jornal Valor Económico, yours truly incluída, foi atacada nas redes sociais por um perfil provavelmente falso dos muitos usados pelos nossos pequenos terroristas e que, como qualquer terrorista, visa impor o terror da censura o medo, a lei da rolha. Visa, pobre diabo, silenciar vozes dissonantes, não alinhadas,

sem se aperceber que as suas diatribes não podem senão definir quem tenta atacar bem mais do que quem se ataca.

Não podemos sentir-nos muito especiais porque esse tipo de ataque, de bullying cibernético covarde, já se tornou marca de uma ala de defensores do partido no poder de tal forma banalizada que, depois de na semana passada o Valor Económico ter publicado uma sondagem da AngoBarómetro, que apontava para uma vitória da UNITA sobre o MPLA nas próximas eleições, os avisos de que o partido se iria vingar do VE vieram de todos os lados. Esse bullying já se tornou tão corriqueiro que é agora previsível. Basta algum meio, ou algum jornalista publicar alguma coisa que o partido considere desalinhada com o seu discurso, que lá vêm a brigada de militontos (essa expressão genial do F8) falar mal do profissional, do meio, dizer que é avançado ou chantagista, chapinhar na vida pessoal da vítima, tentar desacreditá-la com ligações a outros rotulados, e, por vezes, indo bastante mais baixo como já vimos chamarem bêbados, amantizados, doentes e afins, a críticos com os quais não conseguem argumentar com argumentos racionais.

Previsível como um relógio, depois da publicação da sondagem, surgiu então um militonto, provavelmente alicerçado por um grupo de militontos, que pensou que seria de inteligência intimidatória atacar o jornal, neste caso, mensageiro de más notícias para o partido. Em qualquer democracia, os partidos encomendam sondagens para perceberem que ajustes devem fazer à sua imagem e à comunicação com o público, de modo a tornarem-se mais eficientes. A nossa democracia especial anda, pelo contrário, à procura de expedientes administrativos para que, tanto sondagens, como qualquer outro reflexo negativo da governação, seja impedido de chegar à opinião pública como se esse impedimento fosse substituto de um trabalho governativo minimamente, aceitável. O militonto que escreveu falava em “ver-

gonha do panfleto do Zenu para defesa dos 500 milhões” e foi mais longe ao avisar para que ninguém fale com este jornal porque chantageia governantes e empresários – mentiras infantis e avisos desnecessários porque o VE já é vetado pela ala mais beligerante do partido e não é por isso que deixou de fazer jornalismo. No entanto, e porque o articulista que representa orgulhosamente a ala mais ignorante do partido que quer defender parece confuso, vamos aqui aproveitar para esclarecer aqui alguns factos (porque contra factos não há argumentos) relacionados com os temas que tentou usar como ferramentas de intimidação.

Facto: o caso dos 500 milhões, que o Presidente João Lourenço tornou bandeira da luta contra a corrupção e seguindo o líder os militontos repetem como tolos que são, é uma vergonha de facto. Mas não para a defesa ou para quem demonstra que é uma vergonha, mas uma vergonha para um sistema de justiça que, pressionado pela política, na voz do mais alto mandatário da nação (que não se coíbe de emitir julgamentos), condena pessoas a até 8 anos de prisão por um roubo que não tem sequer ‘coisa roubada’. Diferente dos 900 milhões de dólares encontrados numa só conta de Carlos São Vicente, que não voltaram para o país, a transferência dos 500 milhões foi revertida para Angola – o próprio Governo anunciou isso mesmo, pelo que não há coisa roubada – facto: os 500 milhões nunca estiveram em contas dos acusados tão-pouco. Facto: resta então a acusação de ‘intenção de roubo’ que é, no mínimo, ridícula, tendo em causa toda a documentação que a transferência implicou, a autorização do então presidente e o facto de a transferência ter ocorrido entre bancos e no âmbito da política de investimento do banco central, não entre ‘contentores de caranguejos’, mas bancos, com registos de quem efectuou, quem pediu, quem autorizou e todos os trâmites de diligência a que a banca internacional obriga e sem os quais nem teria rece-

bido o dinheiro. Facto, sendo que o dinheiro saiu do banco central, não se pode tratar de ‘branqueamento’ que só se aplica quando o dinheiro é ‘sujo’ ou de origem criminosa, aqui a origem é o BNA. Facto: o ‘Zenu’, que insiste o militonto ser dono do VE, não é nem nunca foi dono do VE. Mas facto mais relevante é que: poderia ser, ele ou qualquer outro, porque estaria sempre sujeito a ver no VE, jornalismo independente feito por jornalistas sem quaisquer interferências políticas na linha editorial, seguindo critérios de relevância e interesse público. Se ser propriedade de um Zenu ou outro qualquer fosse motivo de vergonha, respondemos sem qualquer dúvida, que vergonha mesmo seria receber dinheiro público e fazer propaganda travestida de jornalismo. Nada que esperemos que militontos habituados a regurgitar pensamentos colectivos compreendam, e razão pela qual este espaço, por exemplo, no passado e no Nova Gazeta, criticou a nomeação de Isabel dos Santos para a Sonangol quando a corrente militonta era de aplausos, sendo que o Nova Gazeta, no seu editorial, classificou sempre como um crime idiota a detenção de jovens acusados de rebelião por lerem um livro e apelarem a manifestações que são direitos constitucionais. Tudo factos.

E vale acrescentar os seguintes factos sobre o pretenso dono do VE, porque a tendência para o silêncio que demonstra (e que parece ser mal hereditário) faz com que não se defenda e com que essas narrativas deturpadas solidifiquem junto da opinião pública. Apesar de não o conhecer pessoalmente o suficiente para afirmar se é boa ou má pessoa, há mais factos que vale a pena clarificar já que insistem em colar o VE a Zenu... Facto: Zenu foi preso não pela transferência dos 500 milhões, mas por causa supostamente do Fundo Soberano onde se teriam detectado irregularidades de gestão, razão pela qual foi preso na mesma altura o outro gestor do Fundo Jean Claude de Moraes que, outro facto, saiu mais cedo que Zenu da cadeia, depois

de reportadamente assinar um acordo de confidencialidade que impedia, por exemplo, a divulgação de quanto foi que o Fundo perdeu por retirar aplicações que tinha feito antes da maturidade. Facto: não se sabe quanto foi que custou ao Fundo a pressa (o apressado come?) de controlar o dinheiro que lá estava para desbaratar no PIIM (que anda aí tão cheio de buracos como as estradas do nosso país). Facto é que nunca essas irregularidades de gestão foram bem explicadas, que nunca se apresentou um valor desviado ou se mostrou para onde, sendo que o Fundo era auditado e apresentava lucros, passando a apresentar perdas já depois da saída de Zenu. Resumindo, facto: o filho do antigo PR foi preso, mas ninguém sabe explicar exactamente porquê ou o que foi que roubou que merecia quase um ano de prisão. Facto: quando a justiça espanhola diz que a justiça angolana é politizada e parcial, é fácil de ver exemplos. Facto mais grave é que, quando a justiça é politizada, torna-se maleável à vontade do freguês (no caso, o freguês é um chefe que amanhã pode bem decidir, por exemplo, que não quer opositores políticos, e a justiça terá de arranjar artimanhas para o servir). Isto de olhar para factos em vez de embarcar carneiradas colectivas dá que pensar...

Mas voltando à sondagem que provocou a ira militonta, e que nem incluía a nova plataforma de salvação, pergunto-me se os militontos não percebem que facto indiscutível é o descontentamento genérico popular com a governação... E agora pergunto eu, com as toneladas de miúdos a comer no lixo nas ruas das cidades, o aumento grotesco da fome, os falhanços das políticas públicas, de programas eleitoralistas como o PIIM, com as promessas por cumprir que se amontoam, com o aumento da pobreza a olhos vistos, o desaparecimento da classe média, o aumento do desemprego é alguma surpresa que a popularidade do Governo esteja em queda livre? Não seria o contrário o anormal? Se estão a chegar ao ponto de recorrer à oração em comícios para baixar o preço da cesta básica, depois de um governo de quase meio século, é alguma surpresa uma queda de popularidade do partido? E se em vez de se focarem em combater quem aponta factos usassem essa energia e destreza para governar e ajudar a governar melhor?

De facto, 65% dos executivos indicam que precisam de alterar os seus processos de alocação de capital e orçamentação.

Como podem as empresas de energia prosperar no actual ambiente de transformação

INOVAÇÃO. As alterações climáticas e a recuperação da situação pandémica, têm impulsionado a alteração estratégica de Longo Prazo nas empresas de Energia (Parte 3 de 3)



André Afonso,
Senior Manager
EY, Energy,
Assurance
Services

Agilidade das empresas de Energia para reagir a alterações tecnológicas e oscilações abruptas da procura é hoje um elemento fundamental a considerar pelos seus executivos, os quais necessitam de rever as suas prioridades estratégicas com maior frequência.

Ao mesmo tempo, a estratégia precisa agora, de se concentrar em todas os stakeholders e não apenas nos accionistas. Os concorrentes podem ser considerados como potenciais parceiros para prosperar num futuro incerto. Estas forças estão a

mudar a forma como as empresas formulam e executam a estratégia. O inquérito EY Realizing Strategy, realizado a mais de 1.000 Directores Executivos, Directores Financeiros e outros executivos sobre o futuro da formulação da estratégia, mostra como (Parte3, no seguimento da Parte 2 do artigo apresentada numa edição anterior).

3 – Agilidade organizacional como elemento crítico de perseverança

Mais de 40% dos executivos inquiridos consideram que a agilidade organizacional pode ser impulsionada pela implementação de processos mais ágeis e pelo aumento da velocidade da alocação de capital. Os executivos estão hoje concentrados em formas diferenciadas de afectação de capital, tais como construir uma cultura de inovação, envolver-se em mais transacções inorgânicas de forma a abraçar o ecossistema de “co-petição” (descrito na parte 2 deste artigo), e redesenhar a cadeia de fornecimento. As

empresas de energia também reconhecem a necessidade de mudar os processos críticos, para que possam acompanhar a velocidade das alterações estratégicas. De facto, 65% dos executivos indicam que precisam de alterar os seus processos de alocação de capital e orçamentação. O processo de alocação de capital é crítico não só nas empresas de energia globais, como nas empresas locais, nomeadamente a operar em economias emergentes. O foco na agilidade nos processos de orçamentação e alocação de capital poderão permitir reduzir o tempo que vai da definição estratégica à sua implementação, gerando assim um factor diferenciador positivo face às organizações globais complexas.

A capacitação digital torna-se assim ainda mais essencial. Mais de 20% dos executivos de energia planeiam digitalizar ainda mais as suas operações nos próximos três anos. Este compromisso poderá além de melhorar o desempenho operacional em toda a cadeia de valor, desde

o planeamento e monitorização de operações à distância, à automatização de tarefas manuais e à racionalização de processos, até aos modelos otimizados de orçamentação e alocação de capital.

O que os executivos de energia podem fazer?

- Injectar agilidade no ADN da sua organização – Concentrar-se na construção de negócios ágeis e tecnologicamente avançados para sobreviver às pressões de longo prazo da transição energética;
- Avaliar novos modelos de negócio (tais como fontes de energia alternativas ou micro redes), inovar e desenvolver novas soluções.
- Concentrar-se nas mudanças sociais e os respectivos riscos, que surgiram em resposta à pandemia, tais como a redução da mobilidade e transição para actividades desenvolvidas de forma remota
- Redesenhar o processo de alocação de capital para permitir uma utilização mais ágil do capital.





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 272 Likes 763 Partilhas 108

A capa da última edição do Valor Económico chegou na página do Facebook a perto de 35 mil internautas dos mais de 90 mil que as publicações desta semana alcançaram e que registaram perto de 10 mil interações. O tema mais comentado foi a sondagem da Angobarómetro que coloca a UNITA à frente nas intenções de voto com 58,17%.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Grahas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Nahenda Pepe

Vamos com calma. Qualquer situação, seremos nós(povo) os penalizados. Vamos as eleições (organizados e disciplinados) sem prejudicar + Pais. Nós também temos culpa nisso(não reclamamos e nem ajudamos a melhorar as coisas). Que cada um faça o que pode e deve da melhor forma, pensando em si e nos outros/povo. Nós temos que mudar a consciência. Nada de confusões.



Inoc Ikey

Boa sorte com a vossa sondagem



Daniel Ch Gumbe

Jlo vai confiscar este jornal.



Calábrio Lírio

Vão com calma manos, Jlo então vai apanhar trombose



Nahenda Pepe

Calábrio Lírio e não só, corremos o risco de perder a tal" alternância". Com os políticos todo o cuidado é pouco.



João Caxito

inqueriram quando, onde e quem? Estamos todos aqui em Angola e ninguém se lembra do Angobarómetro ter andado nos bairros, comunas e aldeia a realizar inquéritos.



Pedro Malunzi

João Caxito, procure ler mais...



Fernando Canjulo Canjulo

João Caxito calma ainda é só mesmo intensão de voto, nada de xinguilamento meu caro



Andre Candido Gongga Candido

Acho que é muito pouco!



Horacio Junior

Essa Angobarómetro é uma opinião do Fernando Vumbi da UNITA a partir da Alemanha. É um vigaristazinho que tem o Angola 24horas. Todos sabemos porque que saiu esta suposta sondagem. Querem tentar atenuar o impacto e estrago que o chumbo do ACJ pelo TC. É para desviar as atenções. A UNITA já sabem que vão perder e seu agente na Alemanha que está a comer o dinheiro da UNITA, Fernando Vumbi faz o seu trabalho com Fake News.



Denilson Django Mario

Horacio Junior tão com uma pequena raiva vocês do partido. Realmente esses resultados não são representativos das intenções de voto. Estão muito aquém da realidade. O MPLA perde por mais. A insatisfação, com excepção dos que são beneficiados pela actual situação, é geral. Daí só precisamos de tirar as ilações que queremos tirar



Horacio Junior

Denilson Django Mario A única economia que cresceu em fase da pandemia foi a da China. Que prioridades erradas? Diga quais?



Jair Matias Jair

Eu já não dou mais meu voto aos seMPLAnos



Angolano Mateus Mateus

Assim já vão mandar o craque Manico intensificar os exercícios de aquecimento, 2022 promete fortes emoções



Jose Caiombo Capalo Capalo

Vão ver fumo em 2022, vão assustar já está



Manuel Celma

NÃO ACEITO ESSE INQUÉRITO ENCOMENDADO PELO M SABEMOS BEM Q Ñ É INTENÇÃO DE VOTO É O Q VAI ACONTECER, MAS A 90% DE VOTOS PAC... ESSE INQUÉRITO MENTE ESTÁ A DIMINUIR A REAL INTENÇÃO DE VOTO DO POVO

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19



MOVIMENTO INICIADO NOS EUA

Profissionais de saúde manifestam-se contra vacinas

Um grupo anti-vacinas protestou em frente a um hospital de Nova Iorque contra as vacinas de combate à covid-19. Os manifestantes são funcionários e profissionais de saúde do estabelecimento.

A história é contada pelo jornal americano 'New York Times' e refere-se ao Staten Island University Hospital, em Nova Iorque. Trata-se de um movimento que começou discretamente, com algumas pessoas a partilharem mensagens através das aplicações WhatsApp e Signal.

Mas, como conta o jornal, em poucos dias este grupo aumentou dez vezes. E, em duas semanas, transformou-se num movimento de protesto público, com pessoas a segurarem cartazes com palavras de ordem contra aquilo que consideram ser um processo de pressão para serem inoculadas.

O mais surpreendente neste protesto, já que manifestações

deste género se têm multiplicado nos Estados Unidos e pelo mundo, é tratar-se de enfermeiros, técnicos de saúde e outros funcionários do hospital que regista a maior taxa de incidência por covid-19 da cidade norte-americana. "Eu não sou um rato de laboratório!", gritavam, na semana passada, os funcionários em protesto à porta do estabelecimento.

Alguns dos profissionais até se auto-denominaram 'A Resistência', numa referência à série 'Star Wars'. Os profissionais defendem que estão em causa os seus direitos elementares e o líder do grupo tenta agora convencer funcionários de outros hospitais de outros estados a aderirem ao movimento, de forma a ganharem expressão nacional.

"As vacinas são essenciais para proteger os nossos doentes, a nossa equipa e proteger a comunidade em geral", sublinhou, por seu lado, Mark Jarrett ao 'New

York Times', director clínico da Northwell Health, entidade provedora de saúde do estado e administradora do hospital de Staten Island. O mesmo responsável disse ter esperança de que a aprovação final da vacina da Pfizer pelas autoridades de saúde do país, que já foi confirmada, leve mais pessoas a mudarem de opinião e a serem vacinadas.

Entre os 50 maiores hospitais do país, um em cada três trabalhadores que tiveram contacto directo com doentes não tinha recebido uma única dose da vacina até ao final de Maio, escreve ainda o jornal, citando dados do Departamento de Saúde dos Estados Unidos.

Os protestos de Staten Island começaram na segunda-feira passada, quando a Northwell Health exigiu que a equipa não vacinada realizasse testes semanais à covid-19, sob pena de poderem perder o emprego.

ATÉ AO FINAL DO ANO

Angola vai receber meio milhão de vacinas

Portugal prevê doar meio milhão de vacinas a Angola no âmbito do combate à covid-19, até ao final deste ano, anunciaram responsáveis dos dois países.

O anúncio foi feito em Luanda, durante a entrega da segunda remessa de vacinas no âmbito da cooperação com Angola, composta por 134 mil doses de AstraZeneca, além de seringas, agulhas e outros materiais.

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, agradeceu a solidariedade com o povo angolano, que "cimenta os laços de amizade e cooperação" entre os dois países, classificando Portugal como "um parceiro estratégico" na luta contra a pandemia. "Esta doação é um apoio muito grande. Tivemos informação que muito em breve vamos receber outros lotes de vacinas, em quantidades superiores e provavelmente teremos meio milhão de vacinas doadas por Portugal", destacou.

Adiantou ainda que as vacinas, com prazo de validade até

Outubro, terão "o melhor uso": serão distribuídas por todo o país para completar o esquema vacinal onde for necessário administrar segundas doses, mas a maior parte ficará. "O que queremos garantir à nossa população é que estas vacinas são seguras e estão dentro do prazo", disse a responsável da Saúde.

O embaixador de Portugal, Pedro Pessoa e Costa, adiantou que na próxima semana deverão ser enviadas para Angola mais 185 mil vacinas, doação que será reforçada gradualmente até atingir as 500 mil doses.

"Isto significa o respeito que temos por Angola e pelos angolanos e o reconhecimento pelo que está a ser feito no combate à covid-19. Sabemos que só estaremos todos salvos quando todos estivermos vacinados", realçou o diplomata.

Pedro Pessoa e Costa acrescentou que a doação vai ser concretizada até ao final do ano e poderá acontecer ainda no próximo mês.



A EMBAIXADA dos Estados Unidos entregou ao Governo de Angola nesta terça-feira, 586.170 doses da vacina Pfizer através da iniciativa Covax num programa dos EUA que visa a "doação de 25 milhões de doses da vacina a África".



BRASIL

Presidente usou dados falsos para afirmar que mortes foram inflacionadas

A Comissão Parlamentar de inquérito (CPI) do Senado brasileiro apurou que Jair Bolsonaro usou dados falsos para afirmar que o número de mortos por covid-19 foi inflacionado por governadores e prefeitos.

A comissão ouviu o depoimento de Alexandre Marques, funcionário do Tribunal de Contas da União (TCU), que admitiu ser autor de um documento de trabalho que Bolsonaro citou, como se fosse oficial daquele órgão fiscalizador, para afirmar que o país teve pelo menos "50% de menos mortes" por covid-19 do que o anunciado pelos dados oficiais.

O Presidente fez essa afirmação em Junho, quando o país já registava 475 mil mortes pelo novo coronavírus e acusou prefeitos e governadores de "inflar" esses números para receber mais recursos financeiros para enfrentar a crise de saúde.

A informação foi negada na época pelo TCU, mas mesmo assim Jair Bolsonaro insistiu que "documentos" daquele órgão admitiam a possibilidade de que as mortes de covid-19 fossem fraudulentamente exageradas.

O funcionário do TCU especificou perante a comissão que este documento de trabalho era apenas parte de uma discussão preliminar que foi deixada de lado quando se constatou que não houve fraudes no número de mortos, que ao contrário poderiam sofrer "subnotificação" devido à falta de testes em muitas áreas do país.

"Foi uma discussão muito inicial", explicou Marques, que confessou ter enviado este documento de trabalho ao pai, o coronel Ricardo Silva Marques, que por sua vez enviou ao Presidente brasileiro.

EM SINGAPURA

Fim à quarentena para viajantes de Macau e Hong Kong

Singapura vai pôr fim, a partir da próxima quinta-feira, à quarentena para viajantes oriundos de Macau e Hong Kong e iniciar, em Setembro, um corredor de viagem sem quarentena com a Alemanha.

O país vai começar a admitir viajantes de Macau e Hong Kong sem os colocar em quarentena, embora a medida não seja recíproca, disseram responsáveis locais citados pelo jornal South China Morning Post (SCMP).

A admissão unilateral de visitantes de Macau e Hong Kong, a partir de 26 de Agosto, sem quarentena, faz parte de um esquema já alargado à China, a Taiwan e à Nova Zelândia.

Já os cidadãos de Singapura, residentes permanentes e titulares de vistos de residência de longa duração provenientes de Hong Kong e Macau terão acesso, a partir de sábado, a este esquema.

Os viajantes das duas regiões especiais chinesas vão precisar apenas de um resultado negativo de um teste à covid-19 e não terão de estar vacinados, acrescentou o diário.

No regresso aos respectivos territórios vão precisar de cumprir quarentena, de 21 dias, indicaram as mesmas fontes. Esta semana, as autoridades sanitárias de Macau reiteraram não existir qualquer previsão para levantar a proibição de entrada de estrangeiros ou de redução do período de quarentena (21 dias) para quem chega de zonas consideradas de alto risco.



PORTUGAL

Estado de contingência substitui estado de calamidade

Portugal vai deixar o estado de calamidade devido à pandemia de covid-19 e passa a estado de contingência, anunciou a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, que enfatizou a evolução positiva.

A alteração entrou em vigor quase duas semanas antes do prazo de 05 de Setembro fixado pelo governo português quando apresentou, a 29 de Julho, as três fases do plano.

O país atingiu os 70% de vacinação da população mais cedo do que o previsto, 05 de Setembro. Relativamente à situação de contingência, de acordo com a Lei de Bases da Protecção Civil, é um nível intermédio entre a situação de alerta – o nível menos grave – e a de calamidade, o patamar de maior gravidade e aquele em que o país se encontrava.

O estado de contingência pode ser declarado quando, "face à ocorrência ou iminência" de acidente grave ou catástrofe, "é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas e/ou medidas especiais de reacção não mobilizáveis no âmbito municipal" e a sua declaração "cabe à entidade responsável pela área da protecção civil no seu âmbito territorial de competência".

ALERTA MÉDICO JEREMIAS AGOSTINHO

Vacinas doadas por Portugal devem ser bem conservadas

As 134 mil doses da AstraZeneca doadas a Angola por Portugal, cujo prazo de validade termina em Outubro, devem ser devidamente conservadas, recomenda Jeremias Agostinho. "A remessa não tem problema nenhum, pelo número de doses que é bastante reduzido, vão ser utilizadas num curto espaço de tempo, acho o mês de Setembro não vai terminar deverão ser já utilizadas", explica, recomendando que "precisam de ser bem conservadas".

O médico Adriano Manuel também descarta qualquer efeito adverso, mas desde que

sejam dadas até ao prazo de caducidade. O médico refere ainda que as vacinas oferecidas, a julgar pelo número, "vão colmatar o défice existente."

No entanto, outra recomendação de Jeremias Agostinho é de as vacinas serem aplicadas imediatamente, podendo a utilização prologar até ao final de Outubro. "O que não se faz é utilizar depois de Outubro, a partir de 01 de Novembro já não podem ser utilizadas."

O especialista em saúde pública desvaloriza a questão levantada à volta da doação de vacinas a faltar pouco tempo de caducidade. No seu enten-

der, fica "bem na fita" Portugal impedir que as mesmas expirassem dentro dos armazéns, pois "seria mal".

"O ideal seria não receber sobras doutros países, mas, infelizmente, não temos como. Não temos dinheiro para comprar todas as vacinas, estamos nos últimos lugares da lista de espera", observa.

Na passada quinta-feira, as autoridades portuguesas procederam à entrega da segunda remessa de vacinas a Angola composta por 134 mil doses da AstraZeneca, após entregarem o primeiro lote de 50 mil vacinas a 15 de Julho.

Marcas & Estilos



Veja diferente

Com esta simplicidade moderna, estes óculos favoritos da Johnny Fly incorporam um design minimalista atemporal enquanto se fundem com a secção frontal icónica de acetato de algodão, braços de madeira, dobradiças de mola e lentes polarizadas que os tornam únicos.



Os olhos também comem

Com as tampas e pratos de bolo de vidro ASA, pode trazer a sensação do café favorito a casa. Os bolos mantêm-se frescos por mais tempo e são apresentados de forma ainda mais bonita!



CRUZEIRO

Diversão à beça

O Celebrity Cruises oferece uma experiência de luxo incomparável. Os navios de última geração vêm com spas a bordo, solários internos, restaurantes, bares e todos os tipos de entretenimento, o que significa que não há dois dias ou noites iguais. As cabinas são elegantes e confortáveis, com colchões de caxemira, varandas privadas e vistas panorâmicas.

O entretenimento 24 horas por dia inclui músicos de classe mundial, música ao vivo todas as noites, exibições de filmes ao ar livre e palestrantes convidados. Há actividades a bordo, que vão desde aulas de dança e arte a arco e flecha e desportos, bem como encontros sociais e jogos. Esta 'celebridade' também possui um casino e uma variedade de boutiques de luxo, apresentando jóias finas, fragrâncias e moda.

AGENDA

LUANDA

DE 27 A 29 DE AGOSTO

Administração de Cangandala e a C.calas Angola realizam a 1.ª edição da Feira Expo Cangandala, sob o lema 'Cangandala terra da palanca negra, um lugar de diversificação da economia nacional', em Malanje. Contactos: 943 244 057 / 934 266 734.

DE 1 A 8 DE OUTUBRO

Lançamento do livro '18 Segredos Para Uma Vida de Superação e Sucesso', de autoria de Vieira Paulo, de auto-ajuda, reflexão, construção de personalidade e educação.

DE 20 DE AGOSTO A 17 DE SETEMBRO

Inauguração da exposição 'Formas e Tamanhos' do artista Júlio Pinto, na Galeria Tamar Golan, às 18h00. De segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00 na galeria de arte contemporânea da Fundação Arte e Cultura.

LIVROS



GUIADOS PELA crença de que todas as vidas têm o mesmo valor, Melinda Gates e o marido, Bill, o lendário fundador da Microsoft, há anos vêm trabalhando para reduzir as desigualdades ao redor do mundo.



GERIR PESSOAS é uma tarefa extremamente desafiadora, mesmo para quem já tem alguma experiência. Este livro, com textos ricos e transformadores, vai ajudá-lo lidar com esses desafios.



RESTAURANTES

Vale a pena experimentar

Se costuma a viajar é provável que já esteja familiarizado com a rede Roka de restaurantes japoneses. Como os outros postos avançados do grupo, a filial de Canary Wharf é especializada em culinária robatayaki – um estilo dramático de culinária em que a comida é preparada em brasas na frente dos clientes. Uma gama completa de opções à base de vegetais, frutos do mar e carnes estão disponíveis, enquanto o menu também inclui uma extensa lista de sushi, sashimi e tempura. Para ter a experiência completa, opte pelo brunch de fim-de-semana (bellinis e vinho incluídos) ou experimente o menu de degustação, que apresenta destaques como atum, robalo e sashimi de salmão, tempura de camarão tigre preto, frango assado de cedro e aspargos com doce soja e gergelim.

NA SÍRIA E NO IRAQUE

Seca ameaça 12 milhões de pessoas

Mais de 12 milhões de pessoas na Síria e no Iraque, incluindo centenas de milhares de deslocados, estão a sofrer os efeitos da seca e arriscam ficar sem água, alertaram esta segunda-feira várias organizações não-governamentais (ONG).

“As altas temperaturas na região, os baixos níveis de precipitação e a seca estão a privar as pessoas de água potável e para a agricultura”, indicaram 13 ONG num comunicado, citado pela agência noticiosa espanhola EFE.

A seca, com a falta de água nas barragens, também está a afectar a produção de electricidade, “o que tem impactos nas infra-estruturas essenciais, incluindo as instalações de saúde”, adiantaram.

Segundo os signatários do texto, entre os quais se encontram a Acção Contra a Fome, o Comité Norueguês para os Refugiados e a CARE Internacional, a situação afecta mais de cinco milhões de pessoas na Síria e pelo menos sete

milhões no Iraque.

No total, indicaram, “cerca de 400 quilómetros quadrados de terras agrícolas estão em risco de seca total”.

No Norte da Síria, “duas barragens que fornecem electricidade a três milhões de pessoas foram encerradas”, enquanto várias comunidades em Aleppo, Raqa e Deir Ezzor, incluindo alguns campos de refugiados, registaram um aumento de surtos de doenças transmissíveis.

No Iraque, a falta de água afectou a agricultura, a indústria pesqueira, a produção de electricidade e a distribuição para consumo doméstico.

“A situação exige que as autoridades da região e os doadores actuem rapidamente para salvar vidas devido a esta crise, que se junta aos conflitos, à pandemia da covid-19 e à da economia”, salientou a directora da CARE para o Médio Oriente e Norte de África, Nirvana Shawky.

As ONG recordam que, segundo a ONU, a Síria sofre a pior seca em sete décadas e o Iraque a segunda estação com menos chuva em 40 anos.



NO PONTO MAIS ALTO DO MANTO DE GELO

Gronelândia recebe chuva primeira vez desde que há registos

Choveu, pela primeira vez desde que há registos meteorológicos, no ponto mais elevado do manto de gelo da Gronelândia.

De acordo com a Fundação Nacional para a Ciência dos EUA, que lá trabalha uma das mais importantes estações de investigação do planeta, é a quarta vez em menos de quatro décadas que o topo do manto de gelo da Gronelândia atinge temperaturas positivas.

Desta vez, o degelo foi acompanhado de um episódio inédito de chuva.

Com uma área a ocupar cerca de 80% da ilha, o manto da Gronelândia é a segunda maior massa de gelo do mundo, apenas atrás da Antárctida. O ponto mais elevado fica a mais de 3.200 metros de altitude e, nos últimos 32 anos,

só registou temperaturas positivas três vezes antes deste ano: em 1995, 2012 e 2019.

Desta vez, as temperaturas subiram ao ponto de causar degelo entre os dias 14 e 16 de Agosto. No entanto, o degelo deste ano foi incomum e, além de as temperaturas terem passado a barreira dos zero graus Célsius, choveu – num lugar onde está sempre tanto frio que a precipitação é sempre na forma sólida de neve.

“Durante o sábado, estive a chover sempre que foram feitas observações meteorológicas. E foi a primeira vez que isto foi observado na estação”, disse ao The Washington Post a investigadora Zoe Courville.

Segundo o jornal, o manto de gelo da Gronelândia sofreu nestes dias um dos maiores episódios de degelo desde que há registos, com as temperaturas a ficarem, em várias regiões do manto, 18 graus Célsius acima da média.

No pico, a temperatura chegou mesmo a um máximo de 0,6°C.

A chuva só acelerou o degelo, de acordo com vários especialistas citados pelo The Washington Post. “Imaginem a diferença entre chuva a cair num manto de gelo em vez de neve. Basicamente, a chuva consegue derreter a neve”, disse o investigador Von Walden.

Para os especialistas, é pouco provável que este episódio específico de degelo tenha um impacto significativo na subida do nível da água do mar: por ter acontecido no topo do manto de gelo, o mais provável é que a água que vai escorrer pelo território volte a congelar antes de atingir o oceano.

Trata-se, no entanto, de um indicador claro de que o degelo está a acelerar nas latitudes mais elevadas, fenómeno que raramente poderá ser desligado do aquecimento global provocado pela actividade do homem.

Educação & Tecnologia

Unitel e Huawei fortalecem parceria com lançamento do Mobile Money

PUBLICIDADE. Luanda, 23 de Agosto de 2021 - A Unitel lançou, recentemente, uma plataforma Mobile Money habilitada pela Huawei, o que impulsionará o rápido crescimento dos pagamentos não monetários e contribui para a transformação da sociedade e economia digital de Angola.

Com base na parceria significativa com a Unitel e conhecimento do mercado local, a gigante global de TIC Huawei capacita as plataformas e serviços de pagamento móvel, com suas tecnologias inovadoras, capacidade de P&D, experiência e ecossistema, com o objetivo de fornecer um serviço seguro, confiável e conveniente para clientes locais com experiência de primeira classe.

A apresentação do serviço de pagamento móvel contou com as intervenções do presidente do conselho de administração e administradores da Unitel e do CEO da Huawei, Edric Chu, foram apresentados agradecimentos a Huawei pela parceria com a Unitel e avançadas as vantagens da adesão ao serviço que visa promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, o desenvolvimento humano, melhorar a qualidade de vida das populações e combater a pobreza.

O administrador Amilcar Safeca prestou homenagem às contribuições feitas pela Huawei no desenvolvimento da plataforma e adiantou que são as várias iniciativas que já estão a decorrer no mercado “não só no caso da Unitel, mas também de outras operadoras que já lança-



ram serviços semelhantes de menor alcance ou outras que pretendem lançar nos próximos meses.

“Não há dúvidas que teremos aqui um mercado muito dinâmico e isto está a acontecer graças aos avanços regulatórios que têm sido alcançados nos últimos 3 a 4 anos, que têm sido muito promovidos pelo Banco Nacional de Angola, que neste caso é o principal regulador do mercado financeiro”, sustenta.

Por sua vez, o CEO da Huawei em Angola, Chu Xiaoxin (Edric Chu) agradeceu a parceria com a

Unitel e avançou que a empresa está comprometida em fornecer serviços de pagamento móvel e telefónico de alta qualidade para Angola como sempre, impulsionar o rápido crescimento dos pagamentos não monetários e contribuir para a transformação da sociedade e economia digital de Angola.

“Angola sustenta um dos países mais importantes de negócios da Huawei no exterior. Dedicar-nos ao desenvolvimento social através das tecnologias TIC tem sido uma perseverança de longo prazo, que serve para a estratégia nacional de

Angola”, reforça o CEO da Huawei.

O Mobile Money é mais um passo estratégico da parceria na introdução de serviços de pagamento digital inovadores à sociedade angolana. O projecto é mais do que um serviço de pagamento móvel, permitindo que o ecossistema local de TIC aproveite o pagamento móvel e cresça a economia digital, traz benefícios não apenas para os indivíduos, mas também para as PME, ajudando-as a expandir os negócios estimular a recuperação económica na era pós-covid-19.

O Mobile Money vai além do sector de TIC, impulsionar a inclusão financeira e estimulando uma mudança social positiva para uma sociedade sustentável e o desenvolvimento económico.

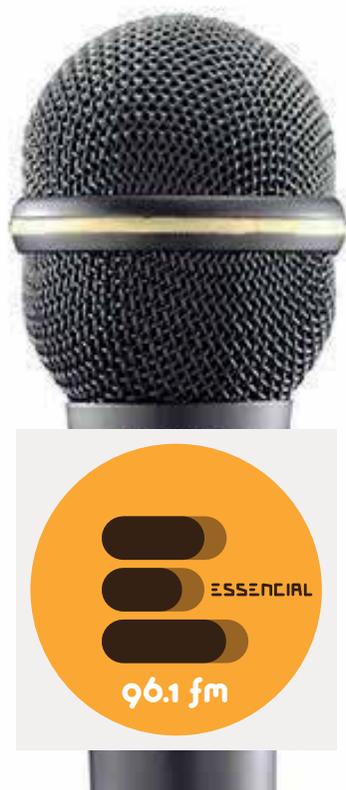
LEVANDO O DIGITAL A TODAS AS PESSOAS

Fundada em 1987, a Huawei é fornecedora líder global de infraestrutura e dispositivos inteligentes de tecnologia da informação e comunicação (ICT). Temos mais de 197.000 funcionários e operamos em mais de 170 países e regiões, atendendo a mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo.

Nossa visão e missão é levar o digital a todas as pessoas, lares e organizações para um mundo totalmente conectado e inteligente. Para este fim, iremos impulsionar a conectividade ubíqua e promover igual acesso às redes; leve a nuvem e a inteligência artificial a todos os quatro cantos da Terra para fornecer potência de computação superior onde e quando você precisar; construir plataformas digitais para ajudar todos os setores e organizações a se tornarem mais ágeis, eficientes e dinâmicos; redefina a experiência do usuário com IA, tornando-a mais personalizada para pessoas em todos os aspectos de suas vidas, seja em casa, no escritório ou em trânsito.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



NÚMEROS DA SEMANA

127

Empresas do sector agro-pecuário, no Cunene, foram cadastradas para a IV fase do Recenseamento Agro-pecuário e Pescas.

2,2

Milhões USD despesa aprovada para a reabilitação de um conjunto de edifícios recuperados pelo Estado e que foram "severamente vandalizados".

25,3

Milhões de USD, montante aprovado pelo Presidente da República para a construção de 456 casas sociais, respectivas infra-estruturas técnicas e equipamentos sociais.

3

Pacotes do BDA que prevêem financiar a bovinicultura, suinicultura e caprinicultura, bem como a ovinicultura.



CONTAS DE JULHO

Exportações do Bloco 17 recuam 24%

A Angola arrecadou cerca de 637,250.7 mil milhões de kwanzas em receitas fiscais petrolíferas, em Julho, um crescimento de 11,2% face aos cerca de 572,949.5 mil milhões do mês anterior.

O volume exportado registou, no entanto, uma redução de cerca de 10%, passando de 33.401.079 para 33.336.766 de barris. Por sua vez, o preço médio do barril baixou cerca de 0,34 dólares, ao passar de 66,64 para 66,30.

No caso das exportações petrolíferas, destaca-se a redução de 24,2% das exportações do bloco 17, o mais produtivo de Angola. Dos 11.415.400 barris de

Junho, as exportações desse bloco quedaram para 8.645.583 barris no mês passado, mantendo-se a tendência verificada no primeiro semestre face ao período homólogo.

A variação negativa, tanto no volume das exportações como do preço médio, indicia que o resultado positivo nas receitas em Julho foi assegurado pela variação das taxas dos acordos de partilha. No período em análise, a quota-parte a que o Governo tem direito, nos diversos acordos de partilha, terá variado positivamente face ao mês anterior, o que explica a variação positiva da receita da concessionária. Passou de 398,457 para mais de 497,043 mil milhões de kwanzas.

PAÍSES CARENCIADOS PRIORIZADOS

FMI disponibiliza 650 mil milhões USD

O Fundo Monetário Internacional (FMI) coloca à disposição dos países cerca de 650 mil milhões de dólares, enquadrados no programa dos Direitos Especiais de Saque (DES).

Segundo um comunicado da instituição, os DES passam a ser distribuídos aos países na proporção das quotas no FMI, estimando que 275 mil milhões de USD irão aos países emergentes e em desenvolvimento, entre os quais os países de baixa renda que receberão cerca de 21 mil milhões, o equivalente a até 6% do PIB em alguns casos.

O documento assinado pela directora-gerente, Kristalina Georgieva, refere que, para ampliar os benefícios dessa alocação, o organismo está a incentivar a canalização voluntária de alguns DES de países com fortes posições externas para os países mais necessitados. Alguns

membros já se comprometeram a emprestar 24 mil milhões, incluindo 15 mil milhões de seus SDR existentes para o Fundo de Redução e Crescimento da Pobreza do FMI, que fornece empréstimos concessionais a países de baixa renda.

A alocação passa ser a maior da história. Segundo o FMI, é um componente crítico do esforço mais amplo para apoiar os países durante a pandemia, que inclui 117 mil USD em novos financiamentos para 85 países, alívio do serviço da dívida para 29 países de baixa renda, e aconselhamento político e apoio ao desenvolvimento de capacidade para mais de 175 países de modo a ajudar a garantir uma recuperação forte e mais sustentável.

O FMI fornece uma estrutura para avaliar as implicações macroeconómicas da nova alocação, seu tratamento estatístico e governança, e como isso pode afectar a sustentabilidade da dívida.

ÁFRICA AUSTRAL

Operação confisca bens de 3,5 milhões USD

A ngola, Moçambique e mais oito países da África Austral participaram numa operação da Interpol contra o tráfico ilícito de materiais de saúde e outros produtos na região que terminou no confisco de bens no valor de 3,5 milhões de dólares. A 'Operação Afya II' identificou 179 suspeitos que poderão ser detidos nos próximos dias, revela o portal Defence

Web. Mais de quatro mil inspeções foram realizadas em armazéns, depósitos, farmácias e outras instalações em áreas rurais, no âmbito de 300 investigações feitas em Angola, Moçambique, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Maláui, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zimbábue. Foram apreendidos mais de 40 mil produtos. A operação teve por foco a interrupção da actividade criminosa e a remoção de produtos falsificados e medicamentos ilícitos potencialmente nocivos. Em nota, o Serviço

Nacional de Investigação Criminal de Moçambique (SERNIC) avança que "a produção, distribuição e venda ilegal de medicamentos contribuem diariamente para a morte de milhares de pessoas em todo o mundo" e que "a participação das agências de aplicação da lei moçambicanas na Operação Afya II ajudou a aumentar as sinergias no combate a grupos criminosos que lidam com crimes farmacêuticos e outros produtos nocivos, especialmente quando a região é

afectada pela pandemia".

O director do escritório regional da Interpol em Harare, Nawa Mubita, indicou que "o tráfico de bens ilícitos e produtos de saúde é um crime grave que ameaça consumidores e precisa de ser combatido em âmbito regional e mundial".

Mubita disse ainda que "a Operação Afya II destacou como os grupos de crime organizado expandiram as actividades ilegais além das fronteiras e entre regiões, aproveitando a tecnologia para gerar lucros significativos".

O documento não detalha a 'incursão' em Angola, mas, quanto a Moçambique, indica que, entre as muitas apreensões, mais de 32 mil produtos farmacêuticos ilícitos foram interceptados naquele país do índico, incluindo analgésicos, antibióticos, sedativos, suplementos dietéticos, medicamentos antifúngicos e verificadores de ovulação.